

FACULDADE SUPREMO REDENTOR – FACSUR
CURSO DE DIREITO

LILIA BRITO ALMEIDA

MANUAL INSTRUTIVO DE ELABORAÇÃO DE PAPER ACADÊMICO

Pinheiro – MA
2023

LILIA BRITO ALMEIDA

MANUAL INSTRUTIVO DE ELABORAÇÃO DE PAPER ACADÊMICO

Instrumento pedagógico voltado para a orientação de elaboração de paper acadêmico para todos os cursos de graduação da Faculdade Supremo Redentor – FACSUR.

Prof^a: M.a Lilia Brito Almeida
Bibliotecária – CRB-13/437

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	03
2	CONCEITO DE PAPER	05
3	FORMATAÇÃO	06
4	ESTRUTURA DO PAPER	08
4.1	Elementos pré textuais	08
4.2	Elementos textuais	09
4.2.1	Resumo e Abstract	09
4.2.2	Introdução	10
4.2.3	Metodologia	13
4.2.4	Referencial teórico	16
4.2.5	Resultados e discussões	18
4.2.6	Considerações finais.....	22
4.3	Elementos pós textuais	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE.....	32

1 INTRODUÇÃO

A evolução e democratização do ensino superior, cada vez mais, vem sendo discutida e evidenciada por todo um processo de avaliação por meio dos órgãos competentes, e tem sido observada por discentes que buscam uma educação em consonância com a qualidade e exigências das novas tendências mercadológicas e tecnológicas. Logo, a Faculdade Supremo Redentor - FACSUR, vem aprimorando a sua metodologia de ensino, buscando inovações e investimentos que atendam às necessidades e expectativas dos discentes, o que aduz à necessidade de inserção de ferramentas pedagógicas que estimulem a pesquisa, o ensino e a extensão que são os três pilares da educação superior.

Nesse contexto, se insere a pesquisa científica que é de extrema relevância na formação acadêmica do discente, pois para que uma educação superior consiga uma educação de qualidade, será fundamental investir na construção do conhecimento para uma educação comprometida e construtiva (Teixeira, 2010). Nesse viés, floresce a necessidade de adoção da elaboração do paper como um padrão na praxe do ensino superior, pois proporciona à comunidade acadêmica a construção de novos conhecimentos que possibilitam ações participativas, críticas e buscas por novos saberes. Logo, se apresenta este instrumento pedagógico que mostra os critérios de organização de um paper acadêmico e apresenta no Apêndice, um modelo oficial a ser adotado pela Faculdade Supremo Redentor – Facsur.

O texto foi organizado para orientar os discentes em todo o processo de elaboração do paper científico voltado para a graduação. Trata-se de um conteúdo organizado para facilitar na produção do paper, que segue a orientação das normas de artigo científico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 6022/2018, em virtude da lacuna de normativa brasileira para a normalização de paper acadêmico.

Acrescenta-se que se fez necessário um aprofundamento teórico em buscas de normativas internacionais, que localizou a Norma APA - American Psychology Association, que norteia orientações para a elaboração de paper acadêmico, que também serviu de inspiração nesse processo de elaboração do paper acadêmico.

Justifica-se a elaboração do manual instrutivo como guia na etapa de elaboração do paper, em virtude da grande dificuldade no processo de construção e organização textual de um produto final para apresentações e amostras em jornadas acadêmicas e congressos. O que se reflete em diversas áreas acadêmicas, pois os discentes têm apresentado fragilidades nas pesquisas científicas, e na formatação correta conforme as normativas de normalização brasileira voltada para trabalhos acadêmicos.

Ressalta-se também que os discentes, precisam se preparar para os processos de submissões de publicações em revistas específicas, preparando-os para futuras produções científicas que serão necessárias tanto para a vida laboral e científica.

Maia (2008) denunciou em uma pesquisa que diversos discentes no último período dos cursos de graduação, desconheciam as noções básicas no processo de produção de textos científicos, desde a etapa de delimitação de tema, identificação do problema, hipóteses, título, buscas bibliográficas com a utilização dos termos descritores precisos, e construção das citações, além da dificuldade no processo de alinhamento das ideias. Essa realidade ainda não mudou, mas estimulou na tentativa de mudar esse panorama e apresentar esse manual instrutivo que está dividido em: conceito de paper, estrutura do paper, formatação e um modelo na lista de Apêndice.

Espera-se contribuir no suporte da elaboração do paper acadêmico, bem como buscar atualizações em consonância com as normativas que atendam os objetivos da Instituição de Ensino Superior – IES.

2 CONCEITO DE PAPER

Também conhecido como paper científico é sempre utilizado em congressos e reuniões científicas. Geralmente reúne dados e resultados de pesquisas acadêmicas e científicas, porém de maneira mais curta e pouco aprofundada metodologicamente.

O objetivo do paper é de resumir todas as informações interessantes relacionadas a dados resultados. Assim sendo, no contexto acadêmico, o paper se inseriu como uma espécie de pesquisa científica que embora não seja extenso como uma monografia, mas precisa apresentar as informações principais sobre a pesquisa a ser apresentada a uma banca, ou em um evento científico.

Nada mais é do que um documento técnico que reúne resultados de uma pesquisa e também pode ser utilizado como um resultado de pesquisas extensivas. Ele tem informações mais curtas, o que não significa afirmar que sejam informações incompletas ou com poucas laudas.

É por meio do paper que o docente desenvolve no discente, a capacidade de opiniões críticas sobre determinado tema, bem como estímulos em pesquisas em bases de dados, pois se trata de um pequeno artigo científico que consiste em apresentar discussões literárias alicerçadas por bibliografias confiáveis e divulgação de pesquisas pautadas em ideias, fatos jurídicos, científicos, métodos e técnicas relacionadas a uma área específica ou tema delimitado.

Durante o processo de elaboração do paper, o autor desenvolve análises, argumentações com objetividade e clareza, inclusive poderá considerar opiniões de especialistas na temática em discussão. Mas precisa ser redigido com observância às normas cultas da língua portuguesa, com o cuidado com os vocábulos, pois precisa evitar gírias, expressões coloquiais, bem como adjetivos desnecessários ou supérfluos.

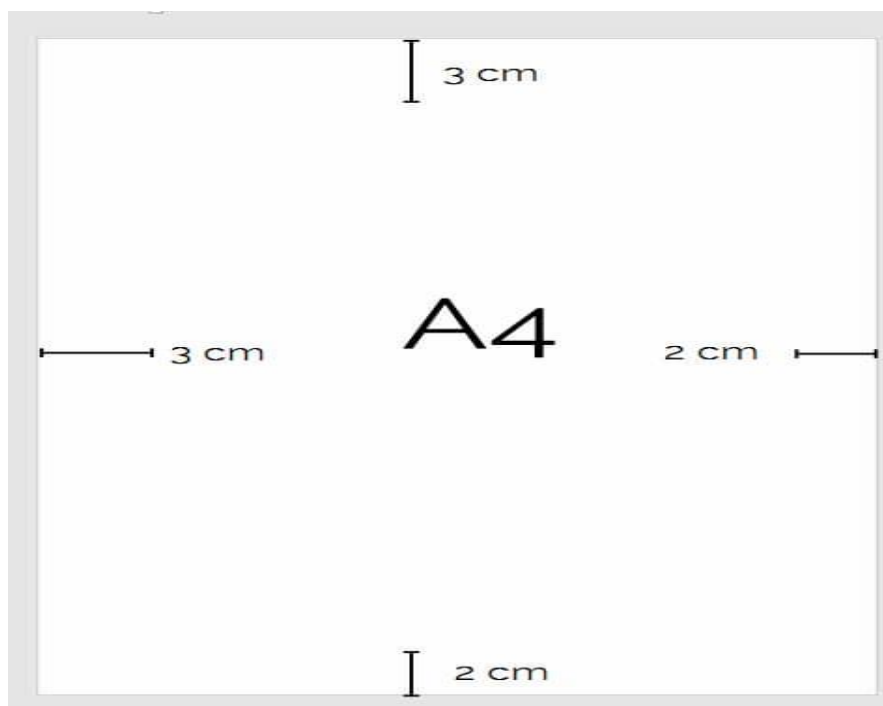
Medeiros (2000, p.192) afirma que: “o paper é uma síntese de pensamentos sintetizados de uma determinada produção científica”. Mas que não significa se tratar de um texto resumido ou sem a opinião crítica do autor.

3 FORMATAÇÃO

As regras de formatação devem seguir a norma da NBR 14724: Margens: 3cm esquerda e superior, 2cm direita e inferior, espaçamento: 1,5 para o texto e citações longas com a fonte 12, e simples e fonte 10 para citações longas.

Papel A-4 branco.

Figura 1 – formatação da página conforme a NBR 6023



Fonte: <https://www.normasabnt.org/artigo-cientifico-abnt/>

A Faculdade Supremo Redentor – FACUSR, orienta que os discentes elaborem o paper com conforme as regras da ABNT, e com um total mínimo de 10 laudas e máximo de 15 laudas, 10 referências bibliográficas no mínimo, citando obras que estejam no acervo da biblioteca da Facsur, incluindo 3 citações de obras apresentadas pela ementa da disciplina e 2 de livre escolha do acervo da biblioteca virtual da Facsur, artigos científicos publicados em revistas especializadas, buscas em bases de dados, conforme as seguintes seções:

Título, subtítulo se tiver

Nome completo do discente ou discentes com o número de chamada com descrições na nota de rodapé;

Nome completo do docente ou orientador do paper com o número de chamada com descrições na nota de rodapé;

Resumo – conforme a NBR 6028/2021

Abstract - conforme a NBR 6028/2021

Introdução - conforme a NBR 147241/2011

Metodologia - conforme a NBR 14724/2011

Referencial Teórico - conforme a NBR 6022/2021

Citações – conforme a NBR 10520/2023;

Resultados e discussões - conforme a NBR 6028/2021

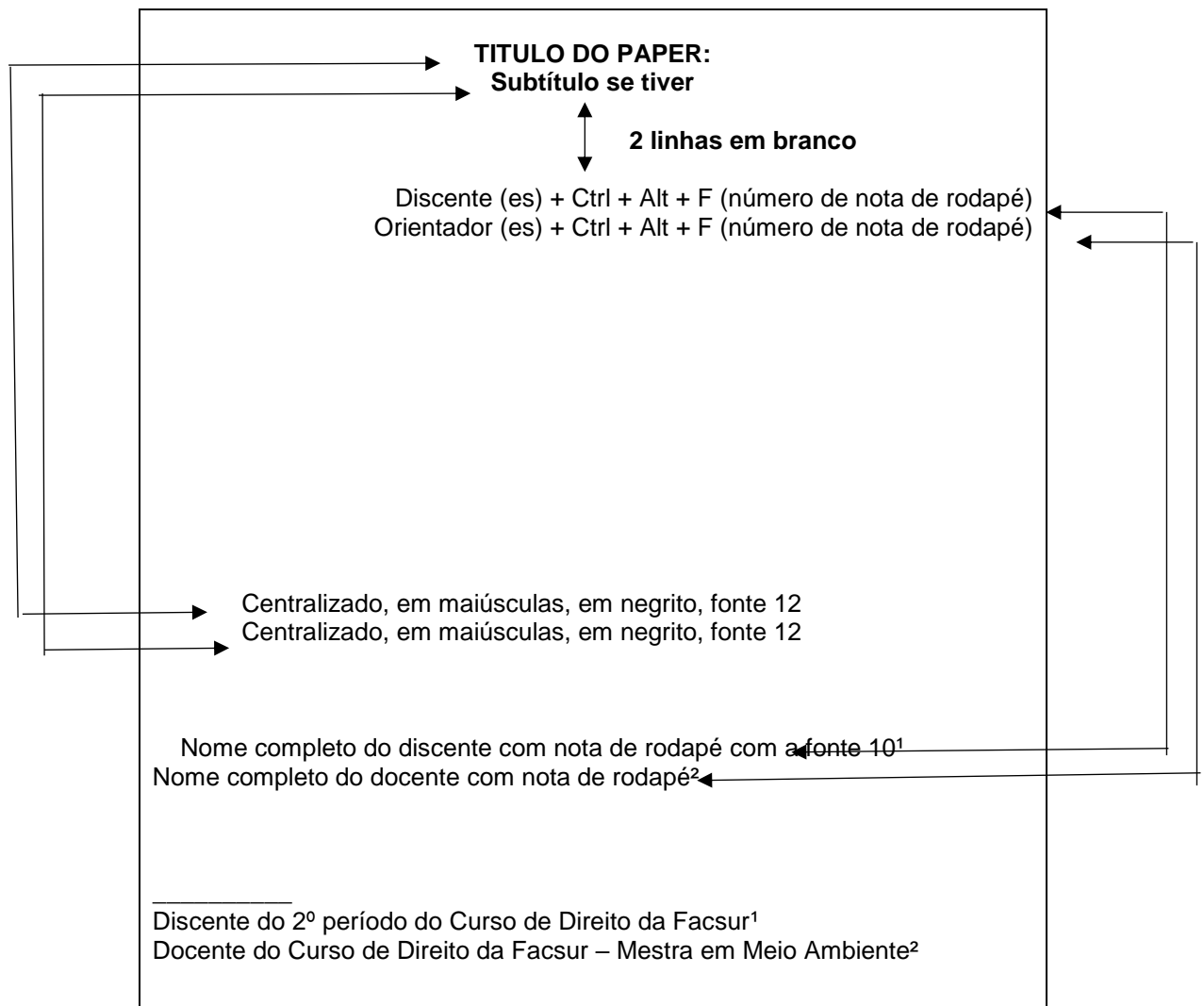
Referências – conforme a NBR 6023/2018;

4 ESTRUTURA DO PAPER

4.1 Elementos pré-textuais

O paper acadêmico segue as mesmas regras do artigo científico, logo, não necessita de capa, folha de rosto e sumário. Mas antes de adentrar ao Resumo, precisa indicar o título e subtítulo se tiver, nome completo do (s) autor e orientador, conforme demonstração abaixo:

Figura 2 - Elementos pré-textuais



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4.2 Elementos textuais

4.2.1 Resumo e abstract

Após a indicação do título e da autoria, o paper precisa de um resumo informativo, que deve seguir a norma NBR 6028, voltada para a elaboração do resumo. Porém em seguida, precisa traduzir de preferência para a língua inglesa. Conforme a ilustração abaixo:

Figura 3 - Resumo

TITULO DO PAPER:
Subtítulo se tiver

↕

2 linhas em branco

Discente (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé)
 Orientador (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé)

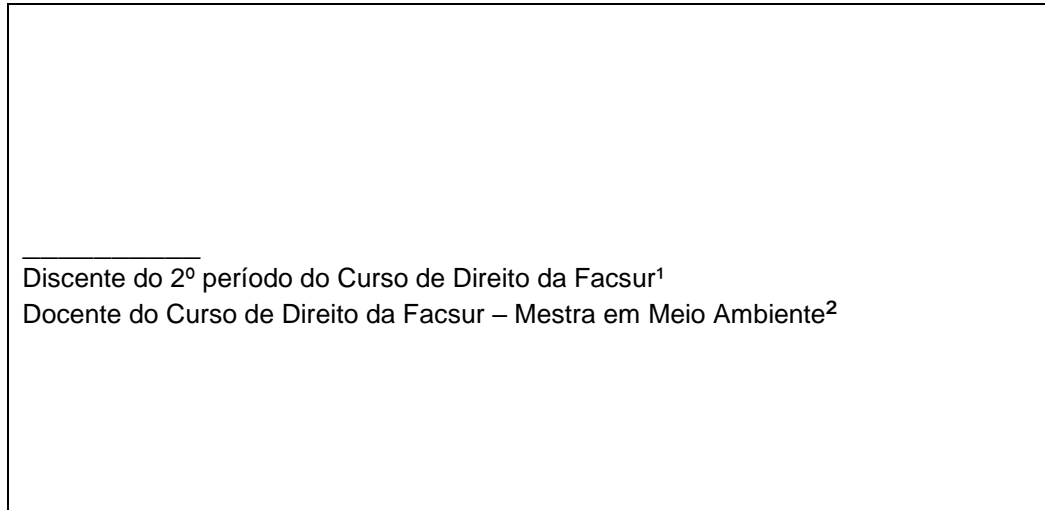
Resumo

A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. O resumo deve ser composto por uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração de tópicos. 100 a 250 palavras nos artigos de periódicos. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão

Palavras-chave, seguida de dois-pontos, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.

Palavras-chave:;;

ABSTRACT
Key-word:



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4.2.2 Introdução

A introdução de um paper científico é a parte em que o autor informa o que está sendo pesquisado e o porquê da investigação. É também a parte da pesquisa que possui aspectos particulares da pesquisa, tais como justificativa, originalidade e a lógica que guiou a investigação.

Busca-se também mostrar que pesquisa está respaldada em bases sólidas. Logo, na introdução, se faz necessária a ligação com a literatura pertinente e atualizada, o que aduz a utilização de vocábulos científicos, teorias ou normas atualizadas.

Se oportuna asseverar que o autor precisa definir o problema da pesquisa e levantar questionamentos que servirão de inspiração em consonância com a justificativa pela escolha do tema. Nessa etapa, o autor precisa refinar e destacar um tema sem subtítulo ou tema com subtítulo que consiga despertar a atenção da comunidade científica e dos leitores de modo geral.

Ressalta-se que na introdução, o autor do paper não deve relatar os resultados e discussões e considerações finais encontradas. Mas pode explicar em linhas gerais a contextualização do tema e sua relevância para a sociedade acadêmica trazendo um breve comentário sobre o tema.

A seguir segue o modelo de formatação:

Figura 4 - Introdução

1
<p>TITULO DO PAPER: Subtítulo se tiver</p> <p>↑ ↓</p> <p>2 linhas em branco</p> <p>Discente (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé) Orientador (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé)</p>
<p>Resumo</p> <p>A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. O resumo deve ser composto por uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração de tópicos. 100 a 250 palavras nos artigos de periódicos. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão palavras-chave, seguida de dois-pontos, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.</p> <p>Palavras-chave:;;</p> <p>ABSTRACT</p> <p>Key-word:</p> <p>1 INTRODUÇÃO</p> <p>Na introdução o autor deve fazer uma apresentação prévia da temática, sua relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade, bem como uma explicação sobre um breve conceito sobre o tema.</p> <p>Na introdução, o autor precisa explicar a justificativa pela escolha do tema, problemas, hipóteses, objetivo geral e específicos.</p> <p>A introdução diz respeito ao próprio conteúdo do trabalho: sua natureza, sua metodologia. A introdução não deve ser dispensada, pois é parte integrante do desenvolvimento do trabalho científico.</p> <p>Na introdução, deve-se anunciar a ideia central do trabalho delimitando o ponto de vista focado em relação ao assunto e à extensão;</p>

deverá situar o problema ou o tema abordado, no tempo e no espaço, bem como uma breve explicação da organização das seções abordadas.

Nessa parte, deve ser enfocada a relevância do assunto no sentido de esclarecer seus aspectos obscuros, bem como da contribuição desse trabalho para uma melhor compreensão do problema, bem como o objetivo geral e específicos, bem como esclarecer o problema que motivou a pesquisa em busca de uma solução ou proposta.

Discente do 2º período do Curso de Direito da Facsur¹
Docente do Curso de Direito da Facsur – Mestra em Meio Ambiente²

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme as orientações da professora Jacobsen (2016), o objetivo geral é decorrente ao tema da pesquisa. Logo, existe a recomendação de determinados verbos que são típicos e utilizados com frequência, sempre iniciando com um verbo no infinitivo.

Jacobsen (2016) também orienta com relação aos verbos que podem ser utilizados para o objetivo geral, tais como:

Conhecer: apontar, citar, classificar, conhecer, definir, descrever,
Identificar, reconhecer e relatar;

Compreender: compreender, concluir, deduzir, demonstrar, determinar,
Diferenciar, discutir, interpretar, localizar e reafirmar;

Aplicar: desenvolver, empregar, estruturar, operar, organizar, praticar,
Selecionar, traçar, aperfeiçoar, melhorar;

Esse objetivo geral precisa estar em consonância com o título do paper acadêmico.

Os objetivos específicos representam o detalhamento da pesquisa em consonância com os questionamentos que visam uma resposta detalhada nas considerações finais, tais como:

Analisar: comparar, criticar, debater, diferenciar, discriminar, examinar;

Investigar, provar, ensaiar, medir, testar, monitorar e experimentar;

Sintetizar: compor, construir, documentar, especificar, esquematizar,

Formular, produzir, propor, reunir e sintetizar;

Avaliar: argumentar, avaliar, contrastar, decidir, escolher, estimar, julgar, medir e selecionar;

O autor precisa ter cautela ao redigir os objetivos específicos, pois o verbo escolhido representa uma expectativa de resposta no final da pesquisa.

4.2.3 Metodologia ou procedimentos metodológicos

Trata-se de detalhar os instrumentos metodológicos, bem como os instrumentos utilizados pelo autor do paper na etapa de realização e busca de fontes. Logo, podem ser qualitativas e/ou quantitativas.

Os meios podem ser de campo, estudo de caso ou bibliográfica.

Os fins podem ser descritivos, detalhistas ou explicativos.

A metodologia deve apresentar como se pretende realizar a investigação. O autor deverá descrever a classificação quanto aos objetivos da pesquisa, a natureza da pesquisa, a escolha do objeto de estudo, a técnica de coleta e a técnica de análise de dados.

A metodologia deve apresentar como se pretende realizar a investigação. O autor deverá descrever a classificação quanto aos objetivos da pesquisa, a natureza da pesquisa, a escolha do objeto de estudo, a técnica de coleta e a técnica de análise de dados.

Figura 5 – Metodologia

<p>TITULO DO PAPER: Subtítulo se tiver</p> <p>↕</p> <p>2 linhas em branco</p> <p>Discente (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé) Orientador (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé)</p>
<p>Resumo</p> <p>A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. O resumo deve ser composto por uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração de tópicos. 100 a 250 palavras nos artigos de periódicos. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão</p> <p>Palavras-chave, seguida de dois-pontos, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.</p> <p>Palavras-chave:;;</p>
<p>ABSTRACT</p> <p>Key-word:</p>
<p>1 INTRODUÇÃO</p> <p>Na introdução o autor deve fazer uma apresentação prévia da temática, sua relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade, bem como uma explicação sobre um breve conceito sobre o tema.</p> <p>Na introdução, o autor precisa explicar a justificativa pela escolha do tema, problemas, hipóteses, objetivo geral e específicos.</p> <p>A introdução diz respeito ao próprio conteúdo do trabalho: sua natureza, sua metodologia. A introdução não deve ser dispensada, pois é parte integrante do desenvolvimento do trabalho científico.</p> <p>Na introdução, deve-se anunciar a ideia central do trabalho delimitando o ponto de vista focado em relação ao assunto e à extensão;</p>

deverá situar o problema ou o tema abordado, no tempo e no espaço, bem como uma breve explicação da organização das seções abordadas.

Nessa parte, deve ser enfocada a relevância do assunto no sentido de esclarecer seus aspectos obscuros, bem como da contribuição desse trabalho para uma melhor compreensão do problema, bem como o objetivo geral e específicos.

2 METODOLOGIA

Nessa etapa do paper, o autor vai detalhar os métodos utilizados, bem como as fontes, termos descritores utilizados para fazer as buscas em bases de dados, bibliotecas virtuais, obras literárias, citando os autores e referenciando-os, bem como detalhar os procedimentos utilizados em caso de pesquisa de campo, amostra acolhida na pesquisa, técnicas e instrumentos adotados em toda a coleta de dados e o detalhamento da caracterização da pesquisa em caso de pesquisa de campo.

Segundo Lakatos (2010), a abordagem qualitativa de um problema diz respeito à compreensão da natureza e fenômeno social. Os métodos qualitativos podem descrever os processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais permitidos pela comunicação entre o pesquisador e o objeto de estudo de campo.

Discente do 2º período do Curso de Direito da Facsur¹
Docente do Curso de Direito da Facsur – Mestra em Meio Ambiente²

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4.2.4 Revisão da literatura ou fundamentação teórica.

Segundo Martins (2019), o referencial teórico ou marco teórico diz respeito à qualidade da pesquisa com uma fundamentação atualizada com publicações dos últimos cinco anos, mas sem desconsiderar bibliografias clássicas. Logo, essa revisão literária diz respeito à sintetização e análises críticas com base em teóricos com a adoção de citações diretas, curtas, longas e indiretas conforme a NBR 10520/2023, que precisam estar em sintonia com a proposta da pesquisa.

Figura 6 – Fundamentação teórica

<p>TITULO DO PAPER: Subtítulo se tiver</p> <p>↕</p> <p>2 linhas em branco</p> <p>Discente (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé) Orientador (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé)</p>
<p>Resumo</p> <p>A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. O resumo deve ser composto por uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração de tópicos. 100 a 250 palavras nos artigos de periódicos. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão</p> <p>Palavras-chave, seguida de dois-pontos, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.</p> <p>Palavras-chave:;;</p>
<p>ABSTRACT</p> <p>Key-word:</p>
<p>1 INTRODUÇÃO</p>

Na introdução o autor deve fazer uma apresentação prévia da temática, sua relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade, bem como uma explicação sobre um breve conceito sobre o tema.

Na introdução, o autor precisa explicar a justificativa pela escolha do tema, problemas, hipóteses, objetivo geral e específicos.

A introdução diz respeito ao próprio conteúdo do trabalho: sua natureza, sua metodologia. A introdução não deve ser dispensada, pois é parte integrante do desenvolvimento do trabalho científico.

Na introdução, deve-se anunciar a ideia central do trabalho delimitando o ponto de vista focado em relação ao assunto e à extensão; deverá situar o problema ou o tema abordado, no tempo e no espaço, bem como uma breve explicação da organização das seções abordadas.

Nessa parte, deve ser enfocada a relevância do assunto no sentido de esclarecer seus aspectos obscuros, bem como da contribuição desse trabalho para uma melhor compreensão do problema, bem como o objetivo geral e específicos.

2 METODOLOGIA

Nessa etapa do paper, o autor vai detalhar os métodos utilizados, bem como as fontes, termos descritores utilizados para fazer as buscas em bases de dados, bibliotecas virtuais, obras literárias, citando os autores e referenciando-os, bem como detalhar os procedimentos utilizados em caso de pesquisa de campo, amostra acolhida na pesquisa, técnicas e instrumentos adotados em toda a coleta de dados e o detalhamento da caracterização da pesquisa em caso de pesquisa de campo.

Segundo Lakatos (2010), a abordagem qualitativa de um problema diz respeito à compreensão da natureza e fenômeno social. Os métodos qualitativos podem descrever os processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais permitidos pela comunicação entre o pesquisador e o objeto de estudo de campo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico ou recorte teórico tem o objetivo de promover a credibilidade e qualidade técnica da fundamentação literária do paper. Então, é por meio do referencial teórico que o autor poderá demonstrar o conhecimento sobre o objeto da pesquisa do paper.

No referencial teórico, são apresentados os mais importantes conceitos, justificativas e características sobre o assunto abordado do ponto de vista da análise feita por diversos autores, cujas opiniões podem ser confrontadas.

Também é importante escrever sobre os resultados das pesquisas obtidas previamente, indicando os respectivos responsáveis pelas análises por meio de citações diretas ou indiretas, que devem ser de acordo com as normativas da ABNT, NBR 10520/2023.

Portanto, o referencial teórico, também chamado de fundamentação teórica ou ensaio teórico, objetiva mostrar o embasamento científico do paper, uma vez que trata do conjunto de ideias que devem ser apresentadas para que o leitor compreenda todo o processo de estruturação dessa pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4.2.5 Resultados e discussões

Nessa seção, os resultados e discussões se referem aos dados obtidos por meio do estudo, os quais devem ser apresentados, comentados e interpretados. Essa discussão visa responder aos questionamentos levantados nos objetivos específicos que são mostrados na introdução do paper.

De acordo com Moretti (2022), essa seção é uma das mais importantes no paper, pois concentra dados e informações que foram alcançadas por meio de diversos instrumentos de pesquisa, e devem ser relatados após a recorte teórico da pesquisa.

Esses resultados podem ser apresentados em gráficos, tabelas. Mas o autor precisa buscar referências e citações para fortalecer as discussões e dessa forma colaborar para a comunidade acadêmica.

Nessa etapa, o autor começa a confrontar os resultados encontrados, devendo interpretá-los e evidenciá-los de forma objetiva e clara, fazendo alusão ao tema investigado e suas descobertas.

Em linhas gerais, nos resultados e discussões, o autor usa com frequência alguns marcadores metalinguísticos que indiquem um discurso claro e objetivo que podem denunciar resultados com incerteza, probabilidade, possibilidade ou contrastar informações que podem ter sido evidenciadas no referencial teórico ou respostas conclusivas.

Figura 7 – Resultados e discussões

<p>TITULO DO PAPER: Subtítulo se tiver</p> <p>↑ 2 linhas em branco ↓</p> <p>Discente (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé) Orientador (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé)</p>
<p>Resumo</p> <p>A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. O resumo deve ser composto por uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração de tópicos. 100 a 250 palavras nos artigos de periódicos. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão</p> <p>Palavras-chave, seguida de dois-pontos, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.</p> <p>Palavras-chave:;;</p>
<p>ABSTRACT</p> <p>Key-word:</p>

1 INTRODUÇÃO

Na introdução o autor deve fazer uma apresentação prévia da temática, sua relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade, bem como uma explicação sobre um breve conceito sobre o tema.

Na introdução, o autor precisa explicar a justificativa pela escolha do tema, problemas, hipóteses, objetivo geral e específicos.

A introdução diz respeito ao próprio conteúdo do trabalho: sua natureza, sua metodologia. A introdução não deve ser dispensada, pois é parte integrante do desenvolvimento do trabalho científico.

Na introdução, deve-se anunciar a ideia central do trabalho delimitando o ponto de vista focado em relação ao assunto e à extensão; deverá situar o problema ou o tema abordado, no tempo e no espaço, bem como uma breve explicação da organização das seções abordadas.

Nessa parte, deve ser enfocada a relevância do assunto no sentido de esclarecer seus aspectos obscuros, bem como da contribuição desse trabalho para uma melhor compreensão do problema, bem como o objetivo geral e específicos.

2 METODOLOGIA

Nessa etapa do paper, o autor vai detalhar os métodos utilizados, bem como as fontes, termos descritores utilizados para fazer as buscas em bases de dados, bibliotecas virtuais, obras literárias, citando os autores e referenciando-os, bem como detalhar os procedimentos utilizados em caso de pesquisa de campo, amostra acolhida na pesquisa, técnicas e instrumentos adotados em toda a coleta de dados e o detalhamento da caracterização da pesquisa em caso de pesquisa de campo.

Segundo Lakatos (2010), a abordagem qualitativa de um problema diz respeito à compreensão da natureza e fenômeno social. Os métodos qualitativos podem descrever os processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais permitidos pela comunicação entre o pesquisador e o objeto de estudo de campo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico ou recorte teórico tem o objetivo de promover a credibilidade e qualidade técnica da fundamentação literária do paper. Então, é por meio do referencial teórico que o autor poderá demonstrar o conhecimento sobre o objeto da pesquisa do paper.

No referencial teórico, são apresentados os mais importantes conceitos, justificativas e características sobre o assunto abordado do ponto de vista da análise feita por diversos autores, cujas opiniões podem ser confrontadas.

Também é importante escrever sobre os resultados das pesquisas obtidas previamente, indicando os respectivos responsáveis pelas análises por meio de citações diretas ou indiretas, que devem ser de acordo com as normativas da ABNT, NBR 10520.

Portanto, o referencial teórico, também chamado de fundamentação teórica ou ensaio teórico, objetiva mostrar o embasamento científico do paper, uma vez que trata do conjunto de ideias que devem ser apresentadas para que o leitor compreenda todo o processo de estruturação dessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse momento do paper, o autor conseguiu os resultados com a aquisição de elementos e informações suficientes para promover uma discussão que pode ser demonstrado por meio de tabelas, gráficos ou texto discursivo. Porém, cabe ressaltar que sempre se faz necessária a presença de citações de autores que permitam ajudar nas respostas ou possíveis preenchimentos de lacunas.

Tabela 01: Exemplos de expressões e resultados

expressões	resultados
Os resultados podem ser sumarizados em...;	Os resultados foram/não foram conclusivos em relação a x;
Os resultados mostraram uma tendência maior/menor em x do que...	As conclusões em relação aos resultados têm um alcance limitado devido a...

Fonte: Autora (2023).

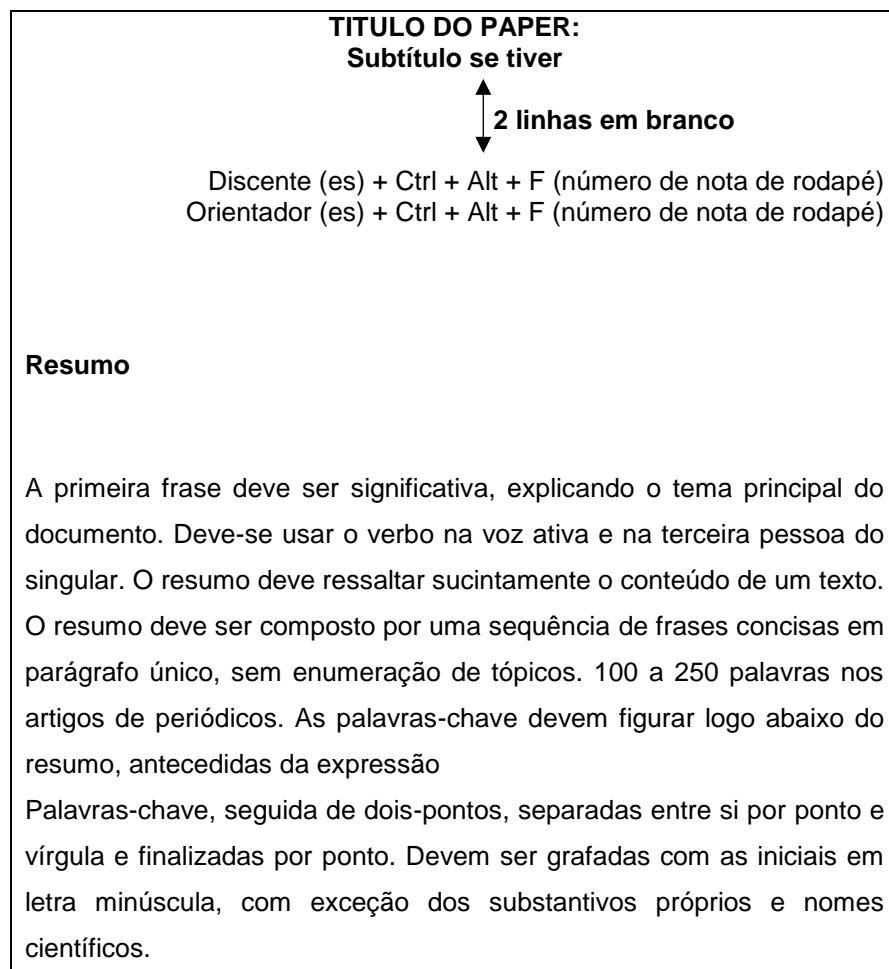
Conforme dicas selecionadas no site sobre artigos acadêmicos. Recomenda-se a utilização de alguns verbos: asseverar, concordar, discordar, recomendar, validar, classificar, generalizar e demonstrar.

4.2.6 Considerações finais

A conclusão deve apresentar o posicionamento sintetizado da argumentação desenvolvida no corpo do trabalho. Apresenta-se uma análise sobre o trabalho desenvolvido, informando resultados e reflexões.

As considerações finais ou conclusão possuem a missão de indicarem a resposta e os resultados finais da pesquisa. A diferença entre ambos, se justifica pelo fato da conclusão ser uma dedução extraída com resultados definitivos, geralmente em pesquisas que passaram por experimentos, entrevistas ou projetos. A consideração final deduz que a pesquisa possibilita reflexões sem nenhuma conclusão definitiva, o que significa que os resultados estão suscetíveis de revisões.

Figura 8 – Considerações finais



Palavras-chave:;;

ABSTRACT

Key-word:

1 INTRODUÇÃO

Na introdução o autor deve fazer uma apresentação prévia da temática, sua relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade, bem como uma explicação sobre um breve conceito sobre o tema.

Na introdução, o autor precisa explicar a justificativa pela escolha do tema, problemas, hipóteses, objetivo geral e específicos.

A introdução diz respeito ao próprio conteúdo do trabalho: sua natureza, sua metodologia. A introdução não deve ser dispensada, pois é parte integrante do desenvolvimento do trabalho científico.

Na introdução, deve-se anunciar a ideia central do trabalho delimitando o ponto de vista focado em relação ao assunto e à extensão; deverá situar o problema ou o tema abordado, no tempo e no espaço, bem como uma breve explicação da organização das seções abordadas.

Nessa parte, deve ser enfocada a relevância do assunto no sentido de esclarecer seus aspectos obscuros, bem como da contribuição desse trabalho para uma melhor compreensão do problema, bem como o objetivo geral e específicos.

2 METODOLOGIA

Nessa etapa do paper, o autor vai detalhar os métodos utilizados, bem como as fontes, termos descritores utilizados para fazer as buscas em bases de dados, bibliotecas virtuais, obras literárias, citando os autores e referenciando-os, bem como detalhar os procedimentos utilizados em caso de pesquisa de campo, amostra acolhida na pesquisa, técnicas e instrumentos adotados em toda a coleta de dados e o detalhamento da caracterização da pesquisa em caso de pesquisa de campo.

Segundo Lakatos (2010), a abordagem qualitativa de um problema diz respeito à compreensão da natureza e fenômeno social. Os

métodos qualitativos podem descrever os processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais permitidos pela comunicação entre o pesquisador e o objeto de estudo de campo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico ou recorte teórico tem o objetivo de promover a credibilidade e qualidade técnica da fundamentação literária do paper. Então, é por meio do referencial teórico que o autor poderá demonstrar o conhecimento sobre o objeto da pesquisa do paper.

No referencial teórico, são apresentados os mais importantes conceitos, justificativas e características sobre o assunto abordado do ponto de vista da análise feita por diversos autores, cujas opiniões podem ser confrontadas.

Também é importante escrever sobre os resultados das pesquisas obtidas previamente, indicando os respectivos responsáveis pelas análises por meio de citações diretas ou indiretas, que devem ser de acordo com as normativas da ABNT, NBR 10520.

Portanto, o referencial teórico, também chamado de fundamentação teórica ou ensaio teórico, objetiva mostrar o embasamento científico do paper, uma vez que trata do conjunto de ideias que devem ser apresentadas para que o leitor compreenda todo o processo de estruturação dessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse momento do paper, o autor conseguiu os resultados com a aquisição de elementos e informações suficientes para promover uma discussão que pode ser demonstrado por meio de tabelas, gráficos ou texto discursivo. Porém, cabe ressaltar que sempre se faz necessária a presença de citações de autores que permitam ajudar nas respostas ou possíveis preenchimentos de lacunas.

Tabela 01: Exemplos de expressões e resultados

expressões	resultados
------------	------------

Os resultados podem ser sumarizados em...;	Os resultados foram/não foram conclusivos em relação a x;
Os resultados mostraram uma tendência maior/menor em x do que...	As conclusões em relação aos resultados têm um alcance limitado devido a...

Fonte: Autora (2023).

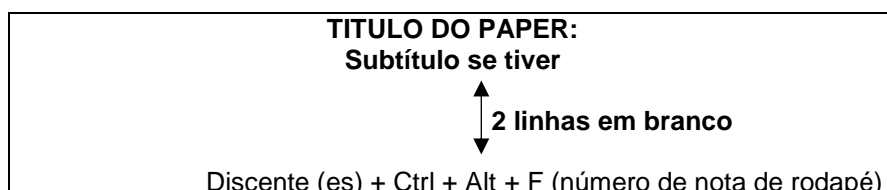
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa etapa do paper, o autor possui informações e dados que responderão aos questionamentos ou hipóteses levantadas no início da pesquisa. Também responderão aos objetivos específicos levantados na parte introdução da pesquisa, o que motivará a possibilidade de redigir propostas, recomendações ou sugestões.

O autor pode fazer sugestões ou recomendações conforme resposta e solução do problema levantado no início do paper.

4.3 Elementos pós textuais

A norma 14724 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) trata de trabalhos acadêmicos. Segundo ela, há cinco elementos pós-textuais. Esses elementos aparecem na seguinte ordem: **Referências, Glossário, Apêndice, Anexo e Índice**. Apenas as Referências são obrigatórias e possuem uma norma específica: a 6023:2018



Orientador (es) + Ctrl + Alt + F (número de nota de rodapé)

Resumo

A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. O resumo deve ser composto por uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração de tópicos. 100 a 250 palavras nos artigos de periódicos. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão

Palavras-chave, seguida de dois-pontos, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.

Palavras-chave:;;

ABSTRACT

Key-word:

1 INTRODUÇÃO

Na introdução o autor deve fazer uma apresentação prévia da temática, sua relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade, bem como uma explicação sobre um breve conceito sobre o tema.

Na introdução, o autor precisa explicar a justificativa pela escolha do tema, problemas, hipóteses, objetivo geral e específicos.

A introdução diz respeito ao próprio conteúdo do trabalho: sua natureza, sua metodologia. A introdução não deve ser dispensada, pois é parte integrante do desenvolvimento do trabalho científico.

Na introdução, deve-se anunciar a ideia central do trabalho delimitando o ponto de vista focado em relação ao assunto e à extensão; deverá situar o problema ou o tema abordado, no tempo e no espaço, bem como uma breve explicação da organização das seções abordadas.

Nessa parte, deve ser enfocada a relevância do assunto no sentido de esclarecer seus aspectos obscuros, bem como da contribuição desse trabalho para uma melhor compreensão do problema, bem como o objetivo geral e específicos.

2 METODOLOGIA

Nessa etapa do paper, o autor vai detalhar os métodos utilizados, bem como as fontes, termos descritores utilizados para fazer as buscas em bases de dados, bibliotecas virtuais, obras literárias, citando os autores e referenciando-os, bem como detalhar os procedimentos utilizados em caso de pesquisa de campo, amostra acolhida na pesquisa, técnicas e instrumentos adotados em toda a coleta de dados e o detalhamento da caracterização da pesquisa em caso de pesquisa de campo.

Segundo Lakatos (2010), a abordagem qualitativa de um problema diz respeito à compreensão da natureza e fenômeno social. Os métodos qualitativos podem descrever os processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais permitidos pela comunicação entre o pesquisador e o objeto de estudo de campo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico ou recorte teórico tem o objetivo de promover a credibilidade e qualidade técnica da fundamentação literária do paper. Então, é por meio do referencial teórico que o autor poderá demonstrar o conhecimento sobre o objeto da pesquisa do paper.

No referencial teórico, são apresentados os mais importantes conceitos, justificativas e características sobre o assunto abordado do ponto de vista da análise feita por diversos autores, cujas opiniões podem ser confrontadas.

Também é importante escrever sobre os resultados das pesquisas obtidas previamente, indicando os respectivos responsáveis pelas análises por meio de citações diretas ou indiretas, que devem ser de acordo com as normativas da ABNT, NBR 10520.

Portanto, o referencial teórico, também chamado de fundamentação teórica ou ensaio teórico, objetiva mostrar o embasamento científico do paper, uma vez que trata do conjunto de ideias que devem ser apresentadas para que o leitor compreenda todo o processo de estruturação dessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse momento do paper, o autor conseguiu os resultados com a aquisição de elementos e informações suficientes para promover uma discussão que pode ser demonstrado por meio de tabelas, gráficos ou texto discursivo. Porém, cabe ressaltar que sempre se faz necessária a presença de citações de autores que permitam ajudar nas respostas ou possíveis preenchimentos de lacunas.

Tabela 01: Exemplos de expressões e resultados

expressões	resultados
Os resultados podem ser sumarizados em...;	Os resultados foram/não foram conclusivos em relação a x;
Os resultados mostraram uma tendência maior/menor em x do que...	As conclusões em relação aos resultados têm um alcance limitado devido a...

Fonte: Autora (2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa etapa do paper, o autor possui informações e dados que responderão aos questionamentos ou hipóteses levantadas no início da pesquisa. Também responderão aos objetivos específicos levantados na parte introdução da pesquisa, o que motivará a possibilidade de redigir propostas, recomendações ou sugestões.

REFERÊNCIAS

O paper precisa de todas as referências que foram citadas dentro da pesquisa. Ressalta-se que não devem ser referenciadas referências que não foram citadas no paper.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028

LAKATOS, E.M; Marconi, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

Os anexos não são documentos elaborados pelo autor. Mas os apêndices são de autoria do discente do paper.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das orientações citadas e demonstradas nesse Manual Instrutivo, se espera estimular os docentes em trabalhar temáticas de forma interdisciplinar, e estimular os discentes no exercício da produção científica conduzindo-os ao mercado de trabalho como futuros operadores do Direito preparados para elaborarem suas pesquisas, dissertações, artigos científicos e argumentações jurídicas com sucesso.

Informa-se que esse manual instrutivo poderá sofrer modificações conforme às mudanças das normativas da ABNT e da Faculdade Supremo Redentor – FACSUR.

REFERÊNCIAS

AMERICAN Psychology – APA.

ARTIGO acadêmico análise e discussão dos resultados. Disponível em: <https://cicerocq.files.wordpress.com/2018/12/Artigo-academico>. Acesso em 19.jul.2023.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. Metodologia científica: orientação ao TCC. IFFC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://cursodegestaoelideranca.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Apostila-Orienta%C3%A7%C3%A3o-ao-TCC.pdf>. Acesso em 18.jul.2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Everton. **Referencial teórico**: entenda a importância para seus trabalhos acadêmicos. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencial-teorico/>. Acesso em 18.jul.2023.

MORETTI, Isabela. Resultados e discussões no TCC: dicas de como fazer essa seção. Disponível em: <https://viacarreira.com/resultados-e-discussoes-no-tcc/>. Acesso em 26.jul.2023.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE PAPER

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PRESÍDIOS DO BRASIL: O caso do Maranhão e as ações sustentáveis no sistema prisional

Líliá Brito Almeida¹

Maycon Henrique Françoi de Melo²

RESUMO

A gestão de resíduos sólidos é um instrumento capaz de conduzir um planejamento e adoção de ações adequadas nas etapas de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, capaz de preservar o meio ambiente e garantir as boas condições de saúde aos diferentes setores da sociedade. O artigo analisou a gestão de resíduos sólidos nos presídios do Maranhão em observância à Lei 12.305/2010 e Resolução 5/2012 que é a legislação específica para o tratamento aos resíduos produzidos em estabelecimentos penais. Se fez um estudo de caso na Secretaria de Estado e Administração Penitenciária do Maranhão. Valendo-se da metodologia de revisão bibliográfica e método analítico-descritivo e qualitativo de procedimento. Entendeu-se que o sistema prisional maranhense possui lacunas e pouco se enquadra nos objetivos e princípios das legislações, fez-se um benchmarking com ações sustentáveis que promoveram a educação ambiental, sustentabilidade e coleta seletiva nos presídios no Brasil, possibilitando a criação de normas instrutivas e espaços pedagógicos com medidas sustentáveis em atendimento à Lei 12.305/2010 e Resolução 5/2012.

Palavras-chave: Gestão de Resíduos Sólidos; sustentabilidade; bechmarketing; estabelecimentos penais;

ABSTRACT

Solid waste management is an instrument capable of conducting planning and adopting appropriate actions in the stages of collection, storage, transport, treatment and final disposal of waste, capable of preserving the environment and ensuring good health conditions for different sectors. of society. The article analyzed the management of solid waste in prisons in Maranhão in compliance with Law 12,305/2010 and

¹ Mestra em Meio Ambiente

² Orientador. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Resolution 5/2012, which is the specific legislation for the treatment of waste produced in penal establishments. A case study was carried out at the Secretary of State and Penitentiary Administration of Maranhão. Using the methodology of bibliographic review and analytical-descriptive and qualitative method of procedure, this article aimed to rethink solid waste management practices in the Maranhão prison system in the face of the aforementioned legislation, allowed through questioning about the norms that guide the management of this solid waste, control of production and treatment, and the existence of sustainable actions with environmental education, selective collection, composting and circular economy, which were confronted with the legislation under investigation. It was understood that the Maranhão prison system has gaps and little fits the objectives and principles of the legislation, a benchmarking was made with sustainable actions that promoted environmental education, sustainability and selective collection in prisons in Brazil, enabling the creation of instructive standards and pedagogical spaces with sustainable measures in compliance with Law 12.305/2010 and Resolution 5/2012.

Keywords: Solid waste management; sustainability; benchmarking; penal establishments.

1 INTRODUÇÃO

O progresso da civilização trouxe grandes benefícios para a humanidade, como o desenvolvimento tecnológico e social, mas em contrapartida, o meio ambiente sofreu expressivamente com o esgotamento de seus recursos e danos à biodiversidade (Silva, 2011).

Porém, essas vantagens associadas à busca pelo consumismo e qualidade de vida promoveu a ausência de um consumo consciente proporcionando um legado de problemas que vem causando severos impactos ambientais à biosfera (Potti, 2017).

Entre os impactos ambientais se destaca a produção excessiva de resíduos sólidos, cujo gerenciamento se refere aos aspectos de planejamento, ações, armazenamento, coleta e destinação final (MARCO, 2014). Esses impactos ambientais têm avançado expressivamente e causando a perda da qualidade de vida e desigualdades sociais (Gava, 2012).

Em se tratando de desigualdades sociais, bem como problemas de saúde pública, se oportuna nessa discussão a questão relativa ao descarte incorreto de resíduos sólidos em estabelecimentos penais no Brasil. A população carcerária sofre diariamente com condições insalubres, fato que se intensifica com o crescimento do número de presos nos presídios. No Brasil, a população carcerária é a 3ª maior no mundo, com uma média de 820.689 presos, segundo dados estatísticos do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Segundo Smink (2021) a população carcerária no Brasil só é menor que nos Estados Unidos e a Rússia. Os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo, com um total de 2 milhões de pessoas privadas de liberdade por grupo de 100 mil habitantes, ao passo que o Brasil tem uma média de 322 pessoas privadas de liberdade para cada 100 mil habitantes.

Logo, esse crescimento expressivo da população carcerária, agrava a produção de resíduos sólidos, pois essa extensa população carcerária conviverá com a grande produção de resíduos que também afeta os servidores desses ambientes carcerários, outros visitantes e seus familiares (MORENO, 2016). Esse problema tem sido enfrentado nos presídios no Brasil, cujos descartes dos resíduos tem ocorrido de forma irregular, principalmente os resíduos sólidos orgânicos, ferindo diretamente os direitos da pessoa humana (MÁXIMO, 2017), bem como os direitos previstos na Lei de nº 7.210/84 Execuções Penais (Brasil, 1984).

No que tange às legislações que garantem um ambiente carcerário salubre e saudável, se destaca no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana, como um núcleo fundamental do direito humano (BRASIL, 1988). Além do direito a saúde e assistência material fundamentado no Art. 12 da Lei de nº 7.210/84: “A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas” (BRASIL, 1984).

Em relação às legislações que norteiam a gestão de Resíduos Sólidos em ambientes carcerários, se destaca a Resolução nº 5/2012 que dispõe sobre as regras mínimas para a destinação dos lixos dos estabelecimentos penais e estratégia para a melhoria da qualidade de vida no sistema prisional (BRASIL, 2012). Além das legislações acima específicas para o ambiente carcerário, se esclarece que são legislações subsidiárias da Lei nº 12.305/2010 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil e da Norma NBR 10.004 que trata da classificação dos resíduos sólidos urbanos e planos de gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2004).

Por fim, também devem ser observadas as orientações dos tratados internacionais que o Brasil é signatário: Organização das Nações Unidas – ONU, Convenção de Basileia, Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB/ONU, além da Carta Magna de 1988 que no Artigo 225 que defende o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988). Acrescenta-se o atual Decreto de nº 11.044/2022, que no Art.2º, narra ser necessário que as pessoas jurídicas de direito privado desenvolvam ações de logística reversa integrada ao gerenciamento dos resíduos sólidos (Brasil, 2022).

É notório que ainda, não vemos uma efetividade dessas normas e políticas em um âmbito geral da sociedade, ao contrário, temos aumentado nossa produção de resíduos (Oliveira, 2019). No caso específico do sistema carcerário brasileiro, se quer temos acesso a esse tipo de informação.

Os estabelecimentos penais do Maranhão têm a custódia de 11.725 pessoas privadas de liberdade, com 1.146 em monitoração eletrônica, distribuídos em 47 presídios no estado. Desse universo, 5.450 pessoas privadas de liberdade estão custodiadas na capital São Luís – MA (Maranhão, 2022).

No sentido de repensar práticas de gestão de resíduos, o artigo objetiva analisar a gestão de resíduos sólidos no sistema carcerário maranhense em face da Lei nº 12.305/2010 e a Resolução nº 5/2012, bem como sistematiza em um benchmarking ações sustentáveis que são desenvolvidas em presídios no Brasil, como nos sugere a ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Acreditamos que a ausência de condições adequadas na legislação e das práticas de gestão de resíduos sólidos no ambiente carcerário maranhense são carentes de um cenário mais efetivo. A análise dessa gestão e das práticas de gestão, assim como a identificação de planos de ação sustentáveis implementados em presídios no Brasil, pode criar espaço para esse debate e implementação de medidas sustentáveis no Maranhão.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi fundamentada no método analítico-descritivo e qualitativo de procedimento. Trata-se de uma revisão de literatura, onde é feito uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento voltadas a um estudo de caso (Cellard, 2008).

A análise da gestão de resíduos sólidos no sistema prisional maranhense ocorre por meio de um estudo de caso em observância à Lei de nº 12.305/2010 e Resolução de nº 5/2012. O estudo de caso é uma estratégia de investigação qualitativa com um estudo de um caso particular representativo de uma população (Medeiros, 2019).

As informações coletadas nas fontes primárias da pesquisa estão baseadas nos documentos legais obtidos sobre a gestão de resíduos sólidos do sistema prisional maranhense, obtidas por meio de ofício enviado para a SEAP – MA contendo quatro questionamentos sobre o tratamento dos resíduos sólidos nos estabelecimentos penais do Maranhão, conforme Apêndice – A.

As informações relativas as fontes secundárias estão baseadas na Lei nº 12.305/2010 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil e na Resolução nº 5/2012 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que é norma jurídica específica para o tratamento dos resíduos sólidos em estabelecimentos penais

A primeira etapa da pesquisa consistiu em confrontar as informações coletadas por meio do ofício da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária – SEAP com a Lei nº 12.305/2010 e Resolução nº 5/2012, com o propósito de se averiguar se a SEAP atende as prerrogativas legais das quais é caudatária. A segunda etapa consiste na identificação de ações sustentáveis provenientes de instituições carcerárias no Brasil, realizada por meio de um benchmarking. De acordo com Vasconcelos (2006), diz respeito a uma ferramenta que é pautada em experiências e aprendizagens aplicadas com outras empresas para ajudar no aprimoramento organizacional.

A presente pesquisa utiliza-se de benchmarking proveniente de uma revisão sistemática de literatura realizada na plataforma de dados Portal de Periódicos Capes e Science Direct, com os descritores: (Gestão de resíduos sólidos – ambiente carcerário – educação ambiental – Brasil). Foram considerados os artigos publicados em língua portuguesa e inglesa entre 2000 e 2020.

Os dados relativos à gestão de resíduos sólidos, bem como da elaboração do benchmarking, foram analisados através da análise de conteúdo (Bardini, 1977). A análise de conteúdo constitui uma técnica de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo da classe de documentos e textos selecionados. O texto proveniente das denúncias e fundamentos foi desmembrado em unidades ou

categorias temáticas, que foram construídas, agrupadas e analisadas a partir daquilo que possuem em comum (Cagnato, 2006).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a origem da humanidade há geração de resíduos sólidos. No entanto, se acredita que, historicamente, os primeiros acúmulos de resíduos provenientes de atividades antrópicas surgiram no período em que o homem abandonou seus hábitos nômades passando a se fixar em determinados ambientes convivendo em grupo e gerando seus resíduos descartando-os em locais distantes do seu habitat (Santaella,2014).

As atividades antrópicas contribuem diretamente no florescimento de alguma espécie de produção de resíduos sólidos, que podem impactar o meio ambiente negativamente. Logo, se pontua que a prática de destinação inadequada desses resíduos é um dos problemas vivenciados no Brasil, visto que é evidente a existência de lixões que possibilitam a formação de lixiviados como o chorume, e são espaços com condições favoráveis para a proliferação de vetores que podem chegar às residências, ocasionando patologias e gerando problemas severos na saúde pública. Santos (2018) ressalta que a má disposição do lixo é uma das principais fontes de poluição de corpos hídricos e do solo.

No Brasil, a quantidade de resíduos sólidos se elevou de modo significativo nas últimas décadas. Essa problemática é resultado, principalmente, do expressivo crescimento populacional, da industrialização, e do aumento da taxa de consumo. Além disso, soma-se a esse cenário a ausência de sensibilidade ambiental e consciência de ações simples que podem ser aplicadas no dia a dia, como redução do consumo, reutilização, reciclagem e reaproveitamento desses resíduos sólidos (Santaella,2014).

De acordo com a Norma Brasileira (NBR) nº 10.004, resíduos sólidos são considerados "[...] resíduos no estado sólido e semissólido, resultantes das atividades da comunidade de origem: indústria, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Resíduos sólidos é um dos pilares do saneamento básico conforme a Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026 de 2020, cuja relevância passou a ser

definitiva com a Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Esta lei é de extrema importância pelo fato de abordar a obrigatoriedade de cada município elaborar o seu plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A Lei nº 12.305/2010 classifica os diferentes tipos de resíduos sólidos quanto à sua origem em: resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, resíduos industriais, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos agrossilvipastoris, resíduos de serviços de transportes e resíduos de mineração. A política tem como objetivo na gestão de resíduos sólidos a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

Mendes (2017), ressalta dentre os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: a ecoeficiência, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o direito da sociedade à informação e ao controle social, e a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade. Entretanto, o autor critica a PNRS em alguns aspectos, como a ausência de incentivo à outras soluções que não seja o aterro sanitário, falta de incentivos para a venda de energia para as plantas de tratamento térmico de resíduos (o que poderia viabilizá-las), e ausência de abordagem quanto à separação na origem como base para reciclagem e compostagem.

Os dados apurados pelo Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – ABRELPE, mostram que a geração de resíduos sólidos urbanos - RSU no país sofreu impacto direto da pandemia da COVID-19 durante o ano de 2020, tendo alcançado um total de aproximadamente 82,5 milhões de toneladas geradas, ou 225.965 toneladas diárias. Com isso, cada brasileiro gerou, em média, 1,07 kg de resíduo por dia (ABRELPE, 2021).

Mediante os dados supracitados e voltando-se o olhar para a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, observa-se que a lei tem o propósito de nortear o setor público e privado, e a comunidade geral sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos, gerando obrigações e comprometimento de toda sociedade. No entanto, o contexto atual é marcado por poucos avanços nesta temática. Apesar de todo arcabouço legislativo que objetiva diminuir os impactos ambientais provenientes da má gestão dos resíduos sólidos, de maneira geral, os diferentes segmentos sociais não atendem as exigências desses instrumentos normativos. Além dos

empreendimentos de responsabilidade privada, as instituições de responsabilidade pública, em sua maioria, não realizam o correto gerenciamento de seus resíduos, dentre os quais, ressalta-se o sistema penitenciário brasileiro (WINCK, 2018).

O sistema carcerário brasileiro, se constitui a 3ª maior população carcerária do mundo, estimada em aproximadamente 820.689 pessoas privadas de liberdade, conforme dados estatísticos do Departamento Penitenciário – DEPEN, que de acordo com Slink (2021), a população carcerária brasileira é inferior ao total de pessoas privadas de liberdade dos Estados Unidos e da Rússia. Logo, reflete na produção considerável de volume de resíduos sólidos nos estabelecimentos penais no Brasil.

Costa, et al (2019), trouxe a temática sobre geração de resíduos sólidos orgânicos em estabelecimento penais enfatizando sobre a relevância de se abordar a aplicação dos conceitos de resíduos sólidos, destinação final adequada, reutilização, compostagem e reciclagem com foco sobre o desperdício de resíduos orgânicos e impactos ambientais, com vista a despertar a sensibilidade sobre a possibilidade de elaboração de ações que repensem a gestão de resíduos sólidos integradas dentro do recinto carcerário.

A partir dessas preocupações, florescerem debates sobre a produção de resíduos nos estabelecimentos penais brasileiros, visto que o crescimento expressivo dessa população carcerária refletirá diretamente na produção de resíduos nos presídios.

Moreno (2016) ressalta que os presídios são como cidades, portanto enfrentam problemas de cunho socioambiental, tais como violência, superlotação, moradia precária e exclusão social. São responsáveis por gerar uma grande quantidade de resíduos sólidos, seja, pelos funcionários, visitantes ou detentos. Isso torna necessário que haja um tratamento adequado que busque melhores práticas na diminuição da geração de resíduos e sua destinação correta, corroborando com a preservação ambiental e a dignidade social. Logo, se faz necessária a atuação eficiente de políticas públicas e legislações voltadas para os estabelecimentos penais no Brasil.

3.1 Políticas públicas e legislação vigentes em ambientes carcerários

A Constituição Federal de 1988 em seu primeiro artigo aborda como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. O mencionado princípio está

estritamente relacionado à integridade física e moral do indivíduo, sendo este considerado de valor supremo de toda sociedade. Esse princípio substancial também engloba o respeito ao meio ambiente. O artigo 225 da Carta Magna, afirma que todos têm o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme reza: “O meio ambiente equilibrado integra a base da proteção à vida” (BRASIL, 1988).

Estas premissas são primordiais para que sejam respeitados os princípios, fundamentos e objetivos contidos na Constituição Federal, e para que sejam efetivados e alcançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 que defende a redução de resíduos de geração de resíduos sólidos por meio de prevenção, redução, reciclagem e uso, da ONU (Organização Das Nações Unidas). Embora estes documentos ressaltem a importância da preservação ambiental, o atual contexto social é marcado pelo alto nível de poluição e degradação da natureza (Silva, 2019).

De acordo com Silva (2019), o sistema carcerário brasileiro é um exemplo muito forte da ausência de garantia ao princípio da dignidade da pessoa humana, e falta de preservação ambiental, sobretudo no que tange ao gerenciamento de resíduos sólidos. Silva e Gomes (2016) avaliaram alguns dos sistemas carcerários brasileiros e apontaram que não há a mínima observância das normas de higiene, de tratamento de esgoto e de resíduos sólidos nesses locais.

No âmbito das legislações que norteiam a gestão de Resíduos Sólidos em ambientes carcerários, destaca-se a Resolução nº 5 de 28 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que dispõe sobre as regras mínimas para a destinação do lixo de estabelecimentos penais, como estratégia para a melhoria da qualidade de vida e da saúde no sistema prisional. A resolução aborda desde o correto acondicionamento dos resíduos até o transporte e manuseio deles.

Winck (2018) destaca que parece ser incomum abordar os assuntos prisões, qualidade de vida e meio ambiente numa mesma temática, entretanto, são temas que estão diretamente ligados e que, se aproximadas, poderão gerar resultados significativos para a sociedade.

Cabe nessa trilha de reflexão citar o conceito de meio de meio ambiente, que conforme a Lei de nº 6.938/81: “é conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981). O conceito de qualidade de vida conforme

a OMS - (Organização Mundial da Saúde faz referência em se avaliar se as necessidades da população estão sendo supridas ou negadas, independente da saúde física, bem como das condições socioeconômicas (OMS, 1998).

Ao se confrontar os conceitos de qualidade de vida e meio ambiente, observa-se que estes estão intrinsecamente correlacionados, pois somente um ambiente equilibrado pode ser um espaço para que cidadãos possam buscar seus anseios pessoais. Todavia, ao se colocar o ambiente prisional em pauta, parece ser inviável a mudança de um cenário em que as pessoas vivem em sua maior parte em lugares com pouca ou nenhuma higienização, sem infraestrutura adequada e com poucos recursos financeiros (WINCK, 2018).

Perante a falta de recursos financeiros do Estado em geral, cabe às instituições buscar por soluções de baixo custo para problemas no cotidiano prisional. Aqui cabe o papel da educação ambiental, fomentando a reflexão acerca do meio ambiente que cercam os indivíduos e da importância da sua preservação, inclusive nos sistemas carcerários. Autores como Moreno (2016), Toledo (2016), Fraga (2018), Winck (2018) Da Silva (2019) entre outros, abordam acerca da temática da importância da sustentabilidade, educação ambiental, coleta seletiva em sistemas prisionais, sobretudo no que se refere aos resíduos sólidos, e destacam a importância de levar em consideração nesses ambientes o que preconiza a Política Nacional de Resíduos e a Resolução nº 5/2012.

3.2 Educação ambiental e ações sustentáveis em presídios

Correia (2015) relata que a educação ambiental teve sua primeira inspiração por influência do filósofo Jean-Jacques Rousseau no ano de 1712, que defendia o meio ambiente e a ética. Porém os educadores passaram a se dedicar aos estudos ambientais a partir das décadas de 1960 e 1970, com destaque para a carta de Belgrado que foi redigida na Iugoslávia pela Organização das Nações Unidas – ONU, bem como a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em 1977 em Tbilisi como raiz da educação ambiental.

Segundo Andrade (2019), embora a utilização do termo “Educação Ambiental” tenha surgido em 1948, fruto de debates sobre a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, a gênese foi em 1965, na Conferência de Educação de Kelle. Esse marco histórico promoveu reuniões com educadores que apoiavam a inclusão da temática no currículo educacional, bem como a utilização da expressão “Educação

Ambiental”, que ajudou na formalização do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

O termo Educação Ambiental é adotado primeiramente nos Estados Unidos e nos países do Reino Unido, e começa a se universalizar nesse mesmo período (Andrade, 2019).

Sena (2020), relata que a Conferência de Estocolmo realizada em 1972 foi fundamental no processo de evolução da educação ambiental, pois foram discutidos nesse evento a importância de preservação dos recursos naturais, os efeitos das mudanças climáticas e da poluição da atmosfera. Também foi definida a educação ambiental como elemento imprescindível para a educação global, uma vez que fundamenta os sistemas de educação com caráter idôneo, realismo e melhor percepção e interpretação do meio natural e social, com vistas a ajudar no bem-estar das relações entre o homem e meio ambiente (Fernandes, 2015).

No ano de 1977, houve a primeira Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental em Tbilisi na Geórgia, um evento promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência – UNESCO, que fomentou a 1ª. Fase do Programa Internacional de Educação versando sobre os objetivos e estratégias da Educação Ambiental (Dias,, 2013).

De acordo com Fernandes (2018), a educação ambiental tem a missão de promover boas relações entre o homem e o meio ambiente, pois estimula atitudes positivas com estratégias que promovam responsabilidade, compreensão, sensibilização e responsabilidade cultural com o meio biofísico.

A Educação Ambiental possui princípios confirmados na Lei 9.795/99, no seu Art.5º, que trata sobre o incentivo e participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio ambiente (Brasil, 1999).

A legislação brasileira sempre avançou positivamente sobre políticas públicas voltadas para a educação ambiental, com um marco histórico ainda na década de oitenta com a aprovação e promulgação da Lei 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos e formulação e aplicação, objetivando a melhoria e recuperação da qualidade ambiental para a vida. (BRASIL, 1981). Essa legislação inspirou a criação do Instituto de Meio Ambiente (IBAMA).

Na educação houve um avanço positivo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96, que reforça a inserção e importância da Educação

Ambiental nos currículos escolares, e chama a atenção sobre o papel do poder público em elaborar ações e diretrizes que promovam a Educação Ambiental (BRASIL, 1996).

A Educação Ambiental (EA) é um mecanismo capaz de possibilitar mudanças de pensamentos e atitudes na humanidade, de maneira que, partindo de uma consciência crítica, posicionem-se como indivíduos com hábitos sustentáveis. São várias as definições acerca da EA, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a Educação Ambiental é um processo contínuo, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

Portanto, entende-se a educação ambiental como um processo educativo permanente, dinâmico, criativo, interativo, com aspecto multidisciplinar, que permite aos indivíduos conhecer as leis que regem a natureza, reconhecer os problemas ambientais globais e locais e melhorar os aspectos históricos, sociais, e culturais do seu contexto ambiental, assim obtendo competências, habilidades e consciência crítica (MORENO, 2016).

A inserção da Educação Ambiental em presídios tem uma grande responsabilidade na formação de indivíduos, haja vista que pode proporcionar uma nova percepção nas relações entre o ser humano, sociedade e natureza, bem como promover uma reavaliação de valores e atitudes, além de ressaltar a necessidade de ser e agir como cidadãos na busca de soluções para os problemas emergentes (Sato, 2001).

A Educação Ambiental é um instrumento que contribuirá na mudança comportamental na população carcerária no que tange a um novo conceito de meio ambiente sustentável por meio de ações sustentáveis, coleta seletiva, compostagens e da economia circular, uma vez que passem a adquirir novos hábitos que diminuem os impactos ambientais reutilizando os recursos naturais ao seu redor (Fernandes,, 2015).

Esse instrumento educativo possui desafios, uma vez que, de acordo com Viana (2017), o analfabetismo e o baixo índice de escolaridade dos indivíduos privados de liberdade têm dificultado a sua ressocializado e provocado diversos problemas de reincidência criminal. Logo, implementar ações de educação ambiental no cárcere exigirá dos educadores a adoção de metodologias pedagógicas que

promovam uma interação satisfatória nesse processo de ensino e aprendizagem, desde a etapa de planejamento, implantação e avaliação.

De acordo com Novelli e Louzada (2012) a relevância da educação ambiental, ou seja, ela, não formal, informal ou formal, nos espaços penitenciários, e como esta pode auxiliar para a geração de educação e cultura ambiental deve ser inserida e submetida a avaliações.

O sistema penitenciário brasileiro ainda necessita de uma educação que seja capaz de desenvolver nos indivíduos privados de liberdade uma capacidade crítica de forma que este reeducando faça escolhas positivas ao regressar para a sociedade com novas concepções de educação ambiental, pois a educação é sinônimo de libertação, visto que dentro da prisão a palavra e o diálogo são as melhores estratégias educativas para ajudá-los na aquisição de uma nova forma de pensar, bem como uma nova ética (Gadotti, 1999).

Para Fernandes (2015), será oportuno despertar nos gestores e apenados de tais estabelecimentos penais, uma mudança de comportamento para o reaproveitamento e o consumo consciente de água, alimentação, bem como a reutilização dos resíduos sólidos, preservando assim o meio ambiente. Essas ações podem ser materializadas por meio da educação e do trabalho, que são garantias respaldadas na Lei de Execuções Penais - LEP ((BRASIL, 1984).

Há exemplos inspiradores da educação ambiental por meio de atividades laborais em estabelecimentos penais no Brasil mencionados na pesquisa de Melo (2014), que relatou a experiência no meio de uma parceria entre o presídio Central de Porto Alegre, Ministério Público e o Instituto Vonpar, que iniciou em 2011, um projeto de triagem de Resíduos Sólidos. Além de atividades de logísticas reversas com o reaproveitamento de resíduos sólidos gerados no presídio, promovendo dessa forma a conscientização ambiental às pessoas privadas de liberdade.

Moreno (2016) também relata que no Presídio de regime fechado Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC), situado na Av. Gonçalo Antunes de Barros, Nº 3245, em Carumbé, realizou em 2010, um curso de capacitação para Agentes Ambientais. A capacitação teve uma duração de 40 horas, e contou com atividades teóricas e práticas. Para efetivação de tais atividades foram selecionados 28 apenados entre um grupo de 1.200. Uma das finalidades do curso foi auxiliar na prevenção e combate aos incêndios florestais ocorridos na região, bem como conscientizar os presos acerca da importância da preservação da natureza.

O presídio de regime fechado Centro de Triagem Anísio Lima (CT), localizado na Rua Indianópolis S/N, no complexo Penitenciário do Jardim Nordeste, Campo Grande, em 2013, iniciou um projeto de EA com a empresa de Reciclagem e Preservação Ambiental LTDA (REPRAM), objetivando a classificação e a preparação para o processo de reaproveitamento do lixo entre os reeducandos. Por meio da parceria, a empresa foi beneficiada com a exclusividade no recebimento de matéria-prima para o processo de reciclagem, a venda destes foi revertida em benefícios para os custodiados. O projeto sustentável envolveu a reciclagem do lixo gerado no sistema carcerário. No local foi instalado uma central de reciclagem, onde 20 presos trabalharam. Para a efetividade do projeto, eles passaram por capacitação para a correta separação dos resíduos, e manuseios de máquinas (OLIVEIRA, 2013).

Realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, o Programa Replantando Vida – PRV, emprega, capacita e remunera os internos para atuarem em atividades de restauração ecológica, com ações de coleta de sementes, produção de mudas, plantio e gestão de recursos hídricos. O programa também promove projetos de restauração ambiental e distribui gratuitamente mudas produzidas por internos em sete viveiros florestais da CEDAE (Abreu, et al., 2021).

Em Algeciras, Espanha, região autônoma de Andalucía, por intermédio de uma iniciativa da Fundação Biodiversidade, há vários anos, estão sendo realizados exercícios ligados a EA. A iniciativa tem o intuito ajudar na reinserção social de detentos, formando técnicos em jardinagem ou em matéria florestal. As práticas pedagógicas aplicadas contam com atividades destinadas a repassar novos valores sobre sustentabilidade e outros conceitos ambientais. São conceituados como projeto “oxigênio”, que contam com parcerias entre organismos autônomos de parques nacionais (Canal Sur, 2011).

O coletivo Turcon-Ecologistas em acción desenvolveu projeto de Educação Ambiental denominado “Juventud-3R”, direcionada a população jovem privada de liberdade nos centros penitenciários de Gran Canária, ilha localizada no oceano atlântico, pertencente à comunidade autônoma de Canarias, Espanha. O objetivo do projeto foi à reinserção desses jovens no mercado de trabalho por intermédio do meio ambiente. Como benefícios os apenados participantes receberam certificados e diplomas (Moreno, 2016).

Além da preocupação com o comportamento criminalístico com relação ao cumprimento da execução penal, a educação estende essa missão em possibilitar aos

indivíduos privados de liberdade adquirir uma nova ética ambiental. Logo, essa reeducação ambiental promoverá reflexões junto a essa comunidade carcerária acerca das questões socioambientais e os motivará a participar de debates e ações que ajudem na quebra de paradigmas sobre sustentabilidade, consumo consciente e economia circular (Ferreira, 2015).

Com base nos exemplos supracitados, verifica-se a importância de inserir a Educação Ambiental em sistemas carcerários, como componente de um processo educativo, pois através dela é possível desenvolver práticas de integração social, preservação ambiental, solidariedade, justiça social etc. Importa ressaltar que, o projeto de educação ambiental e ações sustentáveis podem ser adaptados ao contexto social/cultural em que os sistemas prisionais estão inseridos com exemplos positivos que estão ressaltados no bechmarking dessa dissertação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados relativa à gestão de resíduos sólidos nos estabelecimentos penais maranhense, em observância à Lei de nº 12.305/2010 e Resolução de nº 5/2012 foi feita por meio de Ofício respondido pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão – SEAP, contendo as seguintes perguntas: quais as legislações que norteiam a gestão de resíduos sólidos nos estabelecimentos penais do Maranhã? Existe algum relatório com o controle de resíduos sólidos produzidos nos estabelecimentos penais do Maranhão? Há alguma atividade de compostagem e coleta seletiva nos estabelecimentos penais do Maranhão? Há algum projeto de educação ambiental e economia circular nos estabelecimentos penais do Maranhão?

Os dados relativos à primeira e segunda etapa da pesquisa foram sistematizados em três tópicos para facilitar a apresentação e análise, sendo eles: Gestão de resíduos sólidos na SEAP; Sustentabilidade na Gestão de Resíduos Sólidos no ambiente carcerário brasileiro.

- Gestão de resíduos sólidos na SEAP-MA

Para confirmar a eficácia da implantação de uma gestão de resíduos sólidos conforme a Lei de nº 12.305/2010 e Resolução de nº 5/2012, elaborou-se quadros que descrevem os principais objetivos e princípios de cada legislação, bem como o atendimento ou não dos princípios e objetivos pela SEAP.

A Lei de nº 13.205/2010 representou um marco na gestão de resíduos sólidos no Brasil, pois instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, estabelecendo princípios e objetivos que são detalhados no Quadro 1 e confrontados com a efetividade da gestão de resíduos sólidos realizada pela SEAP.

Quadro1 – Princípios e objetivos da Lei nº 12.305/2010

PRINCÍPIOS				OBJETIVOS			
Descrição	Atendimento			Descrição	Atendimento		
	S	N			S	N	
Art 1º. Política nacional, instrumentos e diretrizes de gestão de resíduos sólidos	X			Art. 6º. Prevenção e precaução do poluidor, protetor e sustentabilidade	X		
Visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos que considere a variável ambiental, social, cultural, econômica, tecnologia e de saúde pública		X		VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;		X	
Desenvolvimento sustentável	X			IV Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas de minimizar impactos ambientais	X		
Cooperação entre os entes do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade	X			Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos	X		
Reconhecimento dos resíduos sólidos reutilizável e reciclável	X			Prioridade na contratação governamentais	X		

como um bem comum gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania				para seguirem os critérios que vise a sustentabilidade			
Legendas S – Sim N – Não SR – Sem resposta							

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se no Quadro 1 que em relação ao princípio da visão sistêmica da gestão de resíduos sólidos, a SEAP não atende as prerrogativas legais. Essa visão sistêmica está relacionada a uma perspectiva que considera não só a variável ambiental, mas os aspectos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e de saúde públicas vinculados a gestão de resíduos. Do mesmo modo, a SEAP não atende o objetivo relativo ao reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, que gera trabalho, renda e cidadania. Embora tenha relatado que segue as normas da Lei nº 12.305/2010, Lei de nº 6.321/2018, Resolução 307 e as normas da NBR nº 10.004 com relação à gestão dos resíduos sólidos nos estabelecimentos penais do Maranhão e efetua atividades esporádicas na confecção de artesanatos por meio de reutilização de matérias primas doadas para complementar as atividades pedagógicas das pessoas privadas de liberdade.

Os estabelecimentos penais tradicionalmente foram projetados para distanciar as pessoas privadas de liberdade da sociedade, as instalações físicas são precárias em condições de higiene geram indignação e violências no recinto prisional (Ferreira, 2016). A partir dessas preocupações, floresceram debates sobre a produção de resíduos nos estabelecimentos penais brasileiros, visto que o crescimento expressivo dessa população carcerária refletirá diretamente na produção de resíduos nos presídios. Moreno (2016) relata que esses ambientes carcerários são responsáveis pela geração de uma quantidade expressiva de resíduos sólidos oriundos dos presos, servidores e visitantes, os quais ainda seguem falhas no processo de gestão.

Para prevenir e reprimir os responsáveis por ações danosas ao meio ambiente, no âmbito da geração de resíduos sólidos se desta a Lei de nº 12.305/2010

que tramitou por duas décadas no Congresso Nacional até conseguir a sua aprovação e promulgação (RAUBER, 2011). Quando observamos o Quadro 1 percebemos que as ausências na gestão de resíduos sólidos da SEAP em observância a Lei de nº 12.305/2010 são mais visíveis no que se refere a compreensão de que essa gestão precisa seguir uma visão sistêmica, que integra diferentes setores da sociedade e suas necessidades. Essa efetivação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, requer mudanças de percepção por parte da sociedade e do poder público no sentido de enxergar o resíduo sólido como um bem de valor econômico e gerador de renda (Maria, 2014).

Essa perspectiva mais ampla sobre os resíduos sólidos precisa ser integrada com um conjunto de ações que busquem soluções para os resíduos sólidos. Green (2016) relata uma experiência positiva em Nova York, em que os apenados cultivam legumes para a alimentação e nutriam jardins como atividades terapêuticas e socioeducativas. Jurado (2017) reforça que essas práticas sustentáveis desenvolvidas com os presos mediante projetos de compostagem, reciclagem, jardinagem e criação de espécies ameaçados de extinção, ajudam na sustentabilidade e promovem economias nos recursos dos cofres públicos. Porém, a SEAP – MA, ainda não elaborou nenhum projeto com atividades de compostagens, coleta seletiva e educação ambiental e ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

A ausência dessa visão sistêmica da geração de resíduos sólidos na SEAP-MA não é uma exclusividade restrita ao ambiente carcerário. A problemática da geração de resíduos sólidos e seu descarte inadequado são resultantes de falhas educacionais e culturais no que tange às práticas de consumo e ausência de sustentabilidade no país (FANTINEL, 2019). Essa não efetividade das políticas públicas de resíduos sólidos nas organizações públicas e privadas indicam uma distância tanto física como estrutural entre o poder público e o cumprimento dessas normas e diretrizes, cujos problemas dessa integração entre os órgãos e o governo traduzem em ineficácias dessas políticas com saneamento básico e o meio ambiente (Brito, 2018).

Existe a cooperação entre a SEAP-MA e o setor empresarial ao contratar empresas terceirizadas para a gestão dos resíduos sólidos adquiridos nos estabelecimentos penais, essa parceria celebrada entre a administração pública e empresas privadas podem contribuir de forma positiva para o desenvolvimento e modernização dos serviços públicos prestados pelo Estado (MORAES, 2012). No

entanto, não tivemos acesso a qualquer programa de gestão por meio dessas empresas. Essas lacunas poderiam ser preenchidas por meio de programas que considerem a educação ambiental no ambiente carcerário. Pois a educação é um instrumento valioso capaz de promover novas condutas e melhorar a relação do homem com o meio ambiente, é possível quebrar antigos paradigmas sobre conceitos de sustentabilidade por meio de um modelo que permita delegar responsabilidades de um consumo e descarte consciente (Lotz-Sisitika, 2015).

É importante ressaltar que se faz necessária a cautela no que tange à prevenção e precaução do poluidor, protetor e sustentabilidade conforme o Art.6º. da Lei 12.305/2010. A SEAP – MA citou em ofício que a gestão de resíduos sólidos segue as normas da NBR 1004 que classifica os resíduos perigosos e estabelece os critérios de classificação visando proteger quanto aos riscos potenciais desses resíduos ao meio ambiente e à saúde (BRASIL, 2004). Mas não detalhou sobre a adoção dos critérios de aprimoramento das tecnologias limpas que venham a diminuir os impactos ambientais.

Dourado (2014) ressalta sobre os cuidados inerentes ao saneamento básico estão respaldados no Art. 3º da Lei de nº 12.305/2010, que versa sobre as regras de destinação final dos resíduos sólidos e rejeitos, que podem evitar o florescimento de patologias, pois o manejo inadequado desses resíduos sólidos e rejeitos podem impactar negativamente o meio ambiente e gerar graves problemas de saúde pública sanitária individual e da coletividade.

Assim, torna-se imperiosa a discussão acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos, posto que, a gestão desses resíduos traz implicância tanto para o meio ambiente quanto para a saúde pública e individual. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, reconhecendo que a proteção ao meio ambiente é um direito fundamental, discorre sobre metas e objetivos que precisam ser implantados em todas as organizações públicas e privadas.

Em consonância com a referida Política, houve a elaboração de uma legislação sobre o tratamento de resíduos sólidos voltados para os presídios, que é a Resolução de nº 5/2012 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. O Quadro 2 destaca os principais artigos e objetivos da Resolução de nº 5/2012, bem como o atendimento ou não dessas prerrogativas pela SEAP.

Quadro 2 – Resolução nº 5/2012 do Conselho Nacional de Política Pública Criminal – CNP

PRINCIPAIS ARTIGOS			
Descrição	Atendimento		
	SIM	NÃO	SEM RESPOSTA
Art 1º. DEPEN recomenda que as Secretarias de Estado responsáveis pela gestão de penitenciárias criem programas sobre destinação correta dos lixos		X	
Art.3º. Todo o lixo produzido nos estabelecimentos penais deve ser separado de maneira adequada, respeitando a classificação preconizada pela RDC 306/2004, por grupos A, B, C e D.	X		
Art 4º. Todo gerador deve elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, baseado nas características dos resíduos gerados e na classificação constante nesta resolução, estabelecendo as diretrizes de manejo dos RSS		X	
Art.5º. O PGRSS a ser elaborado deve ser compatível com as normas locais relativas à coleta, transporte e disposição final dos resíduos gerados nos serviços da unidade, estabelecidas pelos órgãos locais responsáveis por estas etapas.			X
Art. 6º. Para o acondicionamento dos resíduos sólidos, deve se proceder de forma a facilitar a triagem, o armazenamento, o transporte, o manuseio e a disposição final do			X

resíduo, obedecendo a classificação por grupos.			
Art.12°. A separação do lixo deve ser realizada na fonte de geração do resíduo			X
Art.17°. Todos os resíduos devem ser armazenados em abrigo adequado para o gerenciamento e recuperação dos produtos químicos;			X
Art.21°. Para o transporte externo dos resíduos, deve-se levar em conta a definição do roteiro, frequência e horários de coleta municipal.			X

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em relação ao Artigo 1º da Resolução de nº5/2012, cada Secretaria de Segurança Penitenciária, em seu Estado, deve responsabilizar-se pela elaboração de programas específicos pela gestão de resíduos sólidos produzidos nos presídios. O Artigo 4º, dessa Resolução aduz sobre a necessidade da administração pública em elaborar um Plano de Gerenciamento de Serviços de Saúde, o que não foi constatado conforme as respostas da SEAP, o que confirma a lacuna da ausência de um plantão de gestão de resíduos sólidos.

O Artigo 3º segue como referência, a classificação dos lixos conforme os grupos A B, C e D, o que se encaixa com perfeição para os estabelecimentos penais em virtude do fluxo de resíduos hospitalares, que apesar de responderem que existem os coletores diferenciados nos estabelecimentos penais, ainda existem lacunas, pois os estabelecimentos penais têm setores específicos de enfermagem e atendimento médico. Por fim, a ausência de respostas relativas aos artigos 5º, Art 6º, Art 12º, e Art. 21º, traz grandes dúvidas em relação ao armazenamento e transporte de resíduos sólidos do sistema carcerário maranhense. Apesar da Seap – MA, demonstrar a preocupação com a política nacional de resíduos sólidos, a instituição não possui nenhum documento relativo à elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, bem como a ausência de um setor específico, o qual seria necessário para controlar a produção dos resíduos sólidos gerados pelos estabelecimentos penais e sua destinação final.

A implantação de uma gestão de resíduos com eficiência perpassa por diversos desafios, desde o diagnóstico até o procedimento de coleta seletiva, cujos

procedimentos não se limitam às forças tarefas de aquisição de conhecimento da composição desses resíduos sólidos e sua implantação. Para os estabelecimentos penais a Resolução de nº 5/2012 do Conselho Nacional de Política Criminal de Penitenciária – CNPCP foi elaborada para sanar essas lacunas jurídicas na gestão de resíduos sólidos em presídios. A Resolução abrange desde o tratamento do lixo e a coleta, até o transporte e o descarte correto.

No âmbito da efetividade da Resolução nº 5/2012 pela SEAP-MA, percebeu-se a ausência de um programa de destinação correta do lixo tem efeito estrutural em toda gestão de resíduos sólidos no ambiente carcerário maranhense. De acordo com Fontinel (2019) desperta-se para a necessidade de implementação de políticas públicas com programas de gestão de resíduos sólidos que contemplem essa legislação, com o objetivo de promover a minimização e solução dos problemas gerados pelos impactos ambientais e fomentação, Horn (2015) contribui em afirmar que esses programas de políticas públicas precisam ser integrados e efetivos para se fomentar o desenvolvimento sustentável.

A ausência de respostas da SEAP-MA e empresa terceirizada em relação ao cumprimento do que se refere aos artigos Art.5º, Art. 12º, Art.17º e Art.21º da Resolução 5/2012, coloca dúvidas sobre armazenamento e transporte dos resíduos sólidos do sistema carcerário, incluindo resíduos sólidos de saúde que podem ser contagiosos. Essa lacuna coloca em questão a garantia de um ambiente prisional sadio e equilibrado, o direito à dignidade humana que se relaciona com um mínimo existencial garantidos a todo cidadão (CAPITANI, 2012).

Mesmo com investimentos em ampliação, infraestruturas e assunção de presídios no Maranhão, as pessoas privadas de liberdade, ainda não tem acesso a uma implantação de projeto pedagógico específico de educação ambiental, sustentabilidade, coleta seletiva e economia circular em ambiente carcerário, embora alguns estabelecimentos penais da capital maranhense realizem de forma esporádica a confecção de artesanatos por meio de matérias primas reutilizadas. Foi no sentido de criar alternativas a este cenário que realizamos benchmarking de iniciativas exitosas na gestão de resíduos sólidos em ambiente carcerário.

- Sustentabilidade na Gestão de Resíduos Sólidos no ambiente carcerário brasileiro

Embora tenha se percebido lacunas na efetividade da gestão de resíduos sólidos voltados aos estabelecimentos penais do Maranhão, se oportuna asseverar que existem práticas de ações sustentáveis que logram êxito em presídios no Brasil. Essas iniciativas foram sistematizadas em um benchmarking no Quadro 3.

Quadro 3 – Benchmarking de ações sustentáveis no ambiente carcerário brasileiro

AUTOR/ANO	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS
Dias (2016)	Promover a educação ambiental e sustentabilidade no ambiente carcerário.	Estudo interdisciplinar com método dedutivo e pesquisa bibliográfica.	Divulgação e sensibilização sobre desenvolvimento sustentável, educação ambiental e emprego verde no ambiente carcerário.
Silva (2019)	Propor a atividade agrícola do Presídio Padrão Regional de Cajazeiras – PB por meio da mão de obra prisional com reuso dos resíduos sólidos e da água.	Método hipotético dedutivo, pesquisa qualitativa, bibliográfica e textos legais. Além da aplicação de um projeto de intervenção com os apenados do Presídio Regional de Cajazeiras – PB.	Possibilitou a remição da pena por meio da coleta seletiva pela reutilização da água e dos resíduos sólidos.
Nunes (2013)	Promover a educação ambiental na promoção e humanização do presídio regional de Montes Claros – MG.	A metodologia foi pautada em uma discussão ampla em diversas referências teóricas de autores e pesquisadores imbuídos na Educação	Promoveu uma intrínseca harmonia nas relações e práticas pedagógicas com projetos de educação ambiental no presídio.

		Ambiental, Território, Espaço geográfico no ambiente carcerário.	
Toledo (2016)	Investigar os instrumentos normativos, recursos operacionais e humanos existentes na investigação e na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul (PICS) - Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul, relativos à educação ambiental.	Pesquisa descritiva (documental e bibliográfica), bem como os métodos científicos de abordagem: dedutivo e hipotético-dedutivo.	Despertou reflexões sobre a importância prática da educação ambiental em estabelecimentos penais.
Wink (2018)	Identificar qual a relação existente entre a educação ambiental e o sistema prisional e se esse ambiente interfere na qualidade de vida dos indivíduos que integram o Presídio Estadual de Cruz Alta	Método qualitativo com aplicação de questionários semiestruturados, bem como pesquisas bibliográficas.	Percebeu-se de forma positiva que os apenados contribuem para a construção de um meio ambiente agradável, interferindo de forma positiva no ambiente em que se encontram custodiados.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Percebe-se no Quadro 3, que 4 autores desenvolveram pesquisas relativas a promover a educação ambiental nos presídios, cujas iniciativas promoveram de

forma positiva uma nova percepção ambiental e postura ética dos apenados diante ambiente carcerário.

Com base nos trabalhos apresentados no Quadro 3 os autores buscam por meio da educação ambiental transformar a percepção sobre o ambiente e, conseqüentemente, promover práticas de vida sustentáveis ou menos danosas ao meio ambiente. Defende que essas práticas pedagógicas podem ajudar as pessoas privadas de liberdade com novas concepções e conscientizações sobre a relação do homem com o meio ambiente (Toledo,,2016).

Silva (2019) apresentou uma inovação com a remição da pena por meio de práticas da coleta seletiva e com o reuso da água, o que demonstra relevância na regeneração dos recursos naturais disponíveis no ambiente carcerário, bem como a experiência citada por Toledo (2016) com os instrumentos normativos e os recursos humanos voltados para as práticas de educação ambiental.

Defende-se que investir em temáticas sobre ecologia e meio ambiente para as pessoas privadas de liberdade os estimularão a refletir sobre um bem inestimável que é a natureza, visto que aprender sobre as normas inerentes à preservação do meio ambiente, ajudará na compreensão sobre as normas inerentes à preservação da vida humana (Mendez, 2017).

Lipshutz (2013) destaca que a educação ambiental deve promover a aquisição de doutrinas que prezam o reconhecimento da conectividade da natureza humana e ampliação da consciência ambiental coletiva que será capaz de apoiar as pessoas privadas de liberdade a adquirirem uma nova percepção ambiental que defenda o cumprimento da pena em um ambiente saudável, com nova postura de consumo de matérias primas com consciência, reutilização de recursos e integridade ambiental.

É nesse sentido que um dos autores apresentados no benchmarking vincula uma perspectiva do manejo sustentável, por meio da coleta seletiva e reutilização da água em presídios, a remição de pena das pessoas privadas de liberdade. A construção de uma outra percepção do ambiente, vinculada a ação prática voltada a sustentabilidade e bem comum, se encaixa naquilo em asseverar que é necessário ao sistema prisional: a adoção de políticas públicas educacionais que promova às pessoas privadas de liberdade condições de cidadania e retorno à sociedade (Caetano, 2017).

É interessante comparar essa perspectiva de manejo de recursos dentro dos presídios com que ocorre no sistema prisional de outros países. Bland (2015) relata que na Califórnia, por exemplo, a gestão de resíduos sólidos segue uma política orientada por estatutos que projetam programas de reciclagem, redução, reutilização de materiais indesejados e geração de renda. Os projetos que reutilizam tecnologias digitais junto a população carcerária contribuem na expansão de conhecimento sobre patrimônio arquitetônico e patrimônio ecológico, incluindo uma oportunidade de construção da cidadania e preparo para seu retorno à sociedade (Mendez, 2017).

No que tange os instrumentos normativos e recursos humanos voltados a gestão de resíduos sólidos em ambiente carcerário, apontado por um dos autores do benchmarking, percebe-se que avançamos paulatinamente na aquisição de maior conscientização sobre os usos dos recursos naturais e preservação do ambiente carcerário por parte das pessoas privadas de liberdade. Calixto (2010) oportuna refletir que a materialização dessas normas jurídicas, em especial o direito ambiental em estabelecimentos penais, ainda se depara com resistências ou ausência de esclarecimentos que promovam ações que garantam a qualidade de vida no ambiente carcerário.

Experiências de êxito tem ocorrido na Colômbia, em Calli, onde se comprovou que por meio de um programa de atividades que promovam o cuidado com o meio ambiente, foi possível criar estratégias envolvendo as pessoas privadas de liberdade na prática de ações positivas dentro do ambiente carcerário (Veléz, 2011).

Percebe-se que no recinto prisional pode-se criar espaços educativos sobre assuntos inerentes ao cuidado e proteção ao meio ambiente, além de iniciativas de remissão da pena e geração de renda a partir de projetos educativos relacionados com a cultura ambiental e economia circular (Haveley, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual do sistema prisional enfrenta problemas na eficácia das políticas públicas inerentes à gestão de resíduos sólidos que é agravada pelos problemas sociais, educacionais e de saúde pública.

Ao contrastar as respostas relativas a gestão de resíduos sólidos na SEAP-MA com a Lei de nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, percebemos lacunas no que diz respeito a efetividade da gestão de resíduos sólidos no ambiente carcerário maranhense.

Observou-se que apesar da SEAP-MA ter contratado empresas terceirizadas responsáveis pela gestão de resíduos sólidos, não citou o conhecimento da Resolução de nº 5/2012 que é voltada para o tratamento dos resíduos sólidos em estabelecimentos penais e ainda não possui nenhum documento relativo a elaboração de algum Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Há a ausência de um setor específico que esteja voltado para a elaboração de um plano de ação voltado aos estabelecimentos penais, o qual seria necessário para controlar a produção dos resíduos sólidos gerados nos estabelecimentos penais e sua destinação final, o que foi observado ao não conseguir respostas quanto questionado sobre a existência de algum relatório de controle dos resíduos sólidos produzidos pelos estabelecimentos penais do Maranhão.

Não foi pontuado nenhum projeto pedagógico com ações voltadas à educação ambiental e sustentabilidade, bem como projetos com práticas de reutilização das matérias primas produzidas nos estabelecimentos penais a serem produzidos, o que poderia gerar renda e valor econômico, social e promoção da cidadania, uma vez que possibilitaria economizar recursos financeiros.

Também foi possível observar a ausência de informações no que tange uma visão holística e sistêmica de uma gestão ambiental de resíduos sólidos como variável social, cultural, econômica e de saúde pública, pois as respostas observadas denotaram lacunas.

Quando contrastamos a gestão da SEAP-MA com a Resolução de nº 5/2012 do Conselho Nacional de Política Criminal – CNPCP, confirmamos o desconhecimento da norma jurídica específica para tratamento de resíduos sólidos em estabelecimentos penais e ausência de um plano de gestão de resíduos sólidos e, conseqüentemente, de um plano de gestão de resíduos sólidos. Também, percebeu-se a ausência de normas e práticas de coleta seletiva, bem como ausência de informações sobre o controle da produção de resíduos sólidos dos estabelecimentos penais e acompanhamento e controle do acondicionamento, separação e armazenagem desses resíduos sólidos.

No sentido de se repensar essas práticas de gestão de resíduos sólidos e educação ambiental nos presídios do Maranhão, o estudo anunciou práticas de sucesso por meio de benchmarking, que possibilita o florescimento de inspirações e estratégias de educação ambiental, sustentabilidade, coleta seletiva e economia circular que podem ser adotadas nos presídios do Maranhão, pois essas ações afirmativas contribuirão no processo de reeducação e ressocialização das pessoas privadas de liberdade com a aquisição de novos conhecimentos e de uma nova postura ética com o meio ambiente.

A pesquisa aponta para necessidade de se considerar essas práticas exitosas e possibilidade de se promover a educação ambiental e sustentabilidade em ambientes carcerários. A articulação de medidas sustentáveis nos presídios, com a remição da pena por meio da coleta seletiva, por exemplo, tem sido um sucesso.

Por fim, o estudo promove a possibilidade de elaboração futura de materiais instrutivos com orientações sobre o tratamento dos resíduos produzidos nos presídios, bem como atividades laborativas de economia verde que podem ajudar na remição da pena e ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Resíduos sólidos- Classificação. NBR 10.004.** Rio de Janeiro, 2004.
- BLAND, Antoniette. Waste Management in California Jails and Prisons. Brandman University, 2015. Disponível em: https://digitalcommons.umassglobal.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1053&context=edd_dissertations. Acesso em 25.out.2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2022.
- BRASIL. Resolução nº 05 de 28 de junho de 2012. Dispõe sobre regras mínimas para a destinação do lixo de estabelecimentos penais, como estratégia para a melhoria da qualidade de vida e da saúde no sistema prisional. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/2012/resolucao-no-5-de-28-de-junho-de-2012.pdf/view>. Acesso em 10.fev.2022.
- BRASIL. Decreto 11.044 de 13 de abril de 2022. Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem – Recicla+. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.044-de-13-de-abril-de-2022-393553968>. Acesso em 16.abr.2022.
- BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em 18.nov.2021.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Dispões sobre a Lei de Execuções Penais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 10. fev.2022.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BRITO, Ana Lucia Nogueira; MAIELLO, Antonella, VALLE, Tatiana Freitas. Implementação da política nacional de resíduos sólidos. **Rev adm pública**, jan.fev, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tn3MvKqgXHXHfgxw7xZD9Xy/?lang=pt#>. Acesso em 06.fev.22.
- CAETANO, Eduardo Paixão. **Consciência ambiental como instrumento de efetivação da dignidade da pessoa humana no sistema prisional**, Manaus, 2017.
- CALIXTO, Negi. Trabalho externo particular do condenado na execução penal. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Porto. Alegre, 2010, p.51-63.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CAPITANI, Rodrigo. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso**: um estudo no presídio de Bento Gonçalves – RS. Caxias do Sul, 2012. (Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito da Universidade de Caxias do Sul). Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/385/Dissertacao%20Rodrigo%20Capitani.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 08.dez.2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

DOURADO, Juscelino, RUDINEI JÚNIOR, SAIANI, Carlos César S.; **Resíduos Sólidos no Brasil: Oportunidades e Desafios da Lei Federal n. 12.305 (Lei de Resíduos Sólidos)**. São Paulo: Manole, 2014. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449240/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FANTINEL, Luciana Mel. **Parâmetros da Lei 12.305 de 2010 e o cenário de aplicabilidade local pelo emprego metodológico de indicadores de sustentabilidade no Município de Santa Maria**. Santa Maria, 2019. Dissertação apresentada ao Curso de Pós graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria para obtenção do título de Mestre em Direito.

FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário. **Método APAC Sistematização de processos**. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Programa Novos Rumos. Minas Gerais, ano: 2016.

KOPNINA, H. **The Victims of Unsustainability**: A Challenge to Sustainable Development Goals.” *International Journal of Sustainable Development & World Ecology* 23 (2): 113–121, 2016.

GREEN, Marcus Harrison. **Forget Nutraloaf—Prisoners Are Growing Their Own Food**.mar.2016. Disponível em:
<www.yesmagazine.org/democracy/2016/03/24/forget-nutraloaf-prisoners-are-growing-their-own-food>. Acesso em 27. jan..2022.

GAVA, Taliana. **Análise das características que influenciam no surgimento dos Resíduos Sólidos Urbanos na rede de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio do Meio, município de Florianópolis/SC**. Monografia (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental), Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

HAVELEY, JO, Illona; MURPHY, Manuel; SOUTO-OTERO. **Prision Education Training in Europe Current State-of-play and Charllenges**, 2013... Disponível em: http://www.antonioacasella.eu/nume/Hawley_UE_education_may13.pdf.. Acesso em 10.fev.2021.

HAVELEY, JO, Illona; MURPHY, Manuel; SOUTO-OTERO. Prison Education Training in Europe Current State-of-play and Challenges, 2013... Disponível em: http://www.antoniocasella.eu/nume/Hawley_UE_education_may13.pdf.. Acesso em 10.fev.2021.

HORN, Luiz Fernando Del; PEREIRA, Agostinho Oli koppe. **Relações de consumo: políticas públicas**. Caxias do Sul: Plenum, 2015.

JURADO, Simonte Leite; DIAS, Sandro; PINHO, Maria José de. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre o ambiente carcerário. **Revista Saber Acadêmico**, n.24, 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20180406102547.pdf>. Acesso em 15.jan.2022.

LIPSHUTZ, Sandra; LABELLA, Sarah; STEARNS, Kristen **Breaking in: Educating Prisoners through Environmental Literacy**. Sondra Lipshutz, Kristen Stearns, and Sarah LaBella ES 375: Environmental Studies Capstone Professors Joshua Ness and Bob Turner May 2013.

LOTZ-SISITKA, H., AEJ Wals, D. Kronlid e D. McGarry. 2015. **Transformative, Transgressive Social Learning: Rethinking Higher Education Pedagogy in Systemic Global Dysfunction.**” Opinião Atual em Sustentabilidade Ambiental 16: 73–80. Lysgaard, JA, A. Reid e K. Van Poeck,2015.

MAIA, Herika Juliana; BARBOSA, Erivaldo Moreira; ALENCAR, Layana Dantas. Educação ambiental: contribuições para a aplicação da política nacional de resíduos sólidos. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - XVI ENGEMA, 2014. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/111.pdf>. Acesso em 07.dez.2021.

FANTINEL, Luciana Mel. **Parâmetros da Lei 12.305 de 2010 e o cenário de aplicabilidade local pelo emprego metodológico de indicadores de sustentabilidade no Município de Santa Maria**. Santa Maria, 2019. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria para obtenção do título de Mestre em Direito.

MARCO, Edenara. **De Estudo do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos do município de Cotiporã – RS**. Pelotas, 2014. Monografia apresentada ao curso de Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina.

MÁXIMO, L. L. A. S. **Gestão de resíduos sólidos orgânicos no Sistema Prisional de Cuiabá-MT**. Cuiabá, 39 p., 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Campus Cuiabá.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: prática de fichamento, resumo e resenha**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENDEZ, Jesus Manuel; DIAS, Sara; MOREIRA, José António. Environmental education and citizenship in a prison environment: results of a study with inmates in Portugal. **Educação & Formação, V.6, n.6, set 2021. Disponível em:** [file:///C:/Users/User/Downloads/4180-Texto%20do%20artigo-22467-1-10-20210629%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/4180-Texto%20do%20artigo-22467-1-10-20210629%20(4).pdf). Acesso em 31.jan.2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado e Administração Penitenciária – SEAP, 2022.

MORAES, Pierre Braz de. **A relevância das parceiras público-privada para o desenvolvimento e eficácia dos serviços públicos no Brasil**. Campinha Grande, 2012. (Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão da Organização Pública da Universidade Federal da Paraíba).

MORENO, Ronal Ariel Alvarez. Programa para formação de agentes ambientais em centro penitenciário: plano de aproveitamento de resíduos sólidos convencionais. Universidade Federal da Paraíba: Prodem, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9197/2/arquivototal.pdf>. Acesso em 10.out.2021.

OLIVEIRA, Caroline Vale; SILVA, Aline de Souza; MOREIRA, Ícaro Thiago. Economia circular: conceitos e contribuições na gestão de resíduos urbanos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n.44, dez, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/6386-25560-1-PB.pdf>. Acesso em: 01.jun.2021.

POTT, Crisla Maciel.; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Dilemas ambientais e fronteiras do conhecimento II.**, abr, 2017.

RAUBER, M. E. 2011. Apontamentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal 12.305, de 02/08/2010. *Revista Eletrônica Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*.v.4.n.4,Disponível em: Acesso em: 10.dez.2021.

SILVA, Cristiana Russo Lima da. **Resíduos sólidos**: fontes de atividade laboral para fins de remição de apenados no presídio regional de Cajazeiras-PB. 2019. 49 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2019.

SILVA, Deinne Airles. O desenvolvimento mundial da ideia de Educação Ambiental, 2011. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/39/o-desenvolvimento-mundial-da-ideia-de-educacao-ambiental>. Acesso em 03.fev.2021.

SMINK, Verônica. Onde ficam as prisões mais superlotadas da América Latina. BBC News Mundo, out.2021. Disponível em: SENA, Ailton. Conferência de Estocolmo: o evento deu início a agenda mundial de preservação do meio ambiente. Disponível em:

<<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/biologia/conferencia-de-estocolmo>>. Acesso em 15.maio.2021.<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58851195>. Acesso em 15 abr.2022.

TOLEDO, Andreza de Souza. **Educação ambiental e saber ambiental na penitenciária industrial de caxias do sul (pics) – sistema prisional do estado do rio grande do sul**. Caxias do Sul, 2016. (Dissertação apresentada para a obtenção

do grau de Mestre em Direito Ambiental na Universidade de Caxias do Sul, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de PósGraduação em Direito).

VASCONCELLO, Vinícius Albuquerque; CANEN, Alberto Gabbay; LINS, Marcos Pereira Estellita. Identificando as melhores práticas operacionais através da associação Benchmarking - Dea: o caso das refinarias do petróleo. **Pesqui. Oper.**, v. 26, n. 1, p.51- 67, 2006.

VÉLEZ, Maurício Barrera. **Programa de Educación Ambiental no formal em El Establecimiento Penitenciário de Maediana Seguridad y Carcerlario de Cali – EMPSCAL.** (Trabajo de Grado) - Universidad Autónoma de Occidente Facultad de Ciencias Básicas Programa de Administración del Medio Ambiente y los Recursos Naturales. Santiago de Cali, 2011.

WINCK, Tailana Alves. **A educação ambiental e seus reflexos na qualidade de vida dos indivíduos que compõem o sistema penitenciário de cruz alta,** RS. 2018. 48f. Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental (Especialização). Universidade Federal de Santa Maria. Cruz Alta, 2018.